

# Tribuna Operária da Luta

ANO VII - Nº 255 - DE 10 A 16 DE MARÇO DE 1986

Cz\$ 2,50

## Povo em pé de guerra ataca os remarcadores



Protesto em Belém contra a remarcação num supermercado; em São Paulo, compradores fiscalizam preços

Um impressionante movimento põe em ação as massas do povo desde o dia 28. Trabalhadores e donas-de-casa em pé de guerra contra a carestia examinam cada preço, enfrentam os industriais da remarcação e começam a formar "Brigadas de fiscalização". A mobilização popular e os prós e contras do decreto presidencial 2283, que a detonou, estão nas págs.3 e 4.



Foto: Wilson Marza

### EDITORIAL

#### As massas em ação

O povo recebeu com entusiasmo e esperança a notícia do congelamento dos preços. Imediatamente manifestou seu apoio ao pacote saindo às ruas para exercer cerrada vigilância contra os remarcadores. O prestígio do governo se elevou de uma hora para outra e criou-se um novo quadro político no país.

Os trabalhadores e as donas-de-casa, com orgulho patriótico, tomaram nas mãos a função de fiscais, entendendo que estabilizar a economia nacional corresponde ao interesse maior do Brasil.

Do lado patronal, a coisa é bem outra. Com ares de santos, os empresários juram colaborar no respeito às tabelas. Na prática, persistem na remarcação desenfreada dos preços sempre que podem. O sr. Abílio Diniz, dono das duas maiores cadeias de supermercados que mais cometem irregularidades, cinicamente ainda aproveita para fazer publicidade de seus estabelecimentos com matéria paga na capa dos maiores jornais, dizendo-se fiel cumpridor das normas.

Para os patrões, a verdadeira pátria é o lucro. Eles sabem que o regime capitalista favorece a burla dos controles de preços. Seus aplausos ao pacote residem na parte que diz respeito ao reajuste dos salários abaixo do IPCA, realizado de acordo com a chamada "média real", enquanto as mercadorias foram reajustadas no nível mais elevado. Sabem que a linha de combate à inflação que foi adotada não penaliza os ricos.

Mas o trabalhador patriota e otimista que sai às ruas acreditando no controle da inflação lutará, sem dúvida nenhuma, para evitar que novos sacrifícios sejam atirados nos seus ombros. Desde a campanha das diretas o nível de consciência do homem simples, que vive dos seus salários, eleva-se rapidamente. O próprio interesse em discutir e participar das novas medidas revela este avanço.

De imediato o povo se mobiliza e organiza por todo lado comitês de fiscalização para coibir os crimes dos ricos contra a economia popular. Impulsiona assim um novo movimento de massas de características semelhantes aos de 1984. Com ampla união de baixo para cima, sem atrelamento a grupos, sem exclusivismos, impulsionado pelo interesse comum da maioria. E quando as massas tomam em suas mãos a solução dos problemas, mesmo que iniciem com uma questão aparentemente não essencial, podem conduzir a grandes mudanças.

o mesmo tempo em que o povo se concentra hoje no esforço para impedir remarcações de mercadorias, levantam-se as vozes para reclamar correções nas orientações adotadas pelo governo. Reivindica-se, entre outras coisas, estabilidade no emprego para evitar a rotatividade e a conseqüente rebaixa dos salários; redução da jornada de trabalho semanal para 40 horas; reajuste dos salários suficiente para evitar achatamento maior do poder aquisitivo dos trabalhadores; medidas legais impedindo a elevação dos aluguéis nos novos contratos; reajuste automático dos salários a partir de 5% de inflação, e não dos 20% fixados.

Coloca-se também como exigência a taxação dos lucros extraordinários dos ricos, para ajudar no combate à inflação. Enquanto isso, continua a discussão sobre as questões essenciais que levaram a crise e à disparada dos preços. Não há como impedir que se recoloque em pauta o problema da dívida externa, que não foi mexido e constitui o ponto básico que precisa ser enfrentado para recolocar o país no caminho do progresso. O pacote não abordou estes aspectos. Mas, ao trazer as massas novamente às ruas, pode abrir perspectivas para importantes transformações na vida do país.

#### Amazonas fala sobre Constituinte

Na abertura de um Fórum de Debates sobre o tema promovido em São Paulo pelo PC do B, João Amazonas apresenta as propostas dos comunistas para que a futura Constituição seja democrática e progressista. Págs. 4 e 10

#### A ação sindical das centrais internacionais

Na reta final do congresso de fundação da CGT, o debate sobre a filiação às centrais sindicais mundiais ganha destaque. Pág.6

#### Garimpeiros se revoltam nas selvas do Pará

Eles lutam contra a empresa mineradora que mantém o monopólio na exploração do ouro. P.7

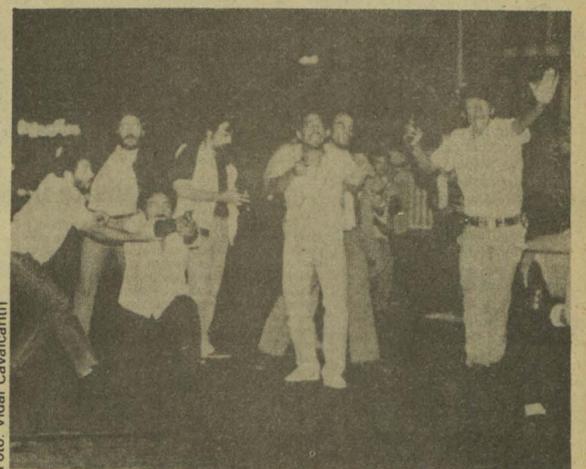
#### UNE promove debate sobre política cultural

Universitários de todas as regiões do país no Seminário de Cultura, em Niterói. P.9



#### Novos rumos para o PCUS revisionista

Gorbachov quer agilizar a economia soviética, mas mantendo a orientação social-imperialista inaugurada por Nikita Krushev. Leia na página 2



Os agentes da PF chegaram a usar seus revólveres

#### Polícia Federal invade a PUC-SP

O recém-empossado superintendente da Polícia Federal em São Paulo, Marco Antônio Veronezzi, já mostrou para o que veio. Na noite do último dia 4, seus agentes invadiram a pontifícia Universidade Católica (PUC) para impedir a exibição do filme "Je Vous Salue Marie", que estava sendo presenciada por cerca de 500 estudantes. Os aproximadamente 30 policiais agiram com grande violência e houve até tiros para o ar. Pelo menos seis pessoas ficaram feridas, inclusive um jornalista. Entre os agentes que participaram da agressão estava

David dos Santos Araújo, cujo nome consta da lista dos 444 torturadores recentemente divulgada.

No dia seguinte, o delegado Veronezzi ainda afirmou cinicamente que os policiais "foram agredidos" e disse que abrirá processo contra "a desobediência civil". A ocupação, que lembra a ocorrida na mesma universidade em 1977, comandada pelo coronel Erasmo Dias, gerou grande indignação. A reitoria da PUC condenou a ação da PF e o ministro da Justiça, inclusive, passou o dia seguinte demonstrando irritação com o incidente.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

# Direção soviética cada vez mais longe do socialismo

O 27.º Congresso do PCUS, que se realiza desde o último dia 25, tem polarizado atenções na imprensa mundial. Especula-se sobre o alcance das reformas econômicas anunciadas por Mikhail Gorbachov, seus ataques ao que vem sendo chamado "era Brejnev" e a "coincidência" de datas com o 20.º Congresso. As informações divulgadas até o momento já permitem uma primeira avaliação do sentido real das mudanças em curso no país do falso socialismo.

A leitura do noticiário da imprensa sobre o Congresso suscita a impressão de que se opera na URSS uma profunda virada. Os jornais, em tom unânime, anunciam o início da "era Gorbachov" neste que seria o "Congresso das reformas". No fim de semana que antecedeu a abertura dos trabalhos, a "Folha de São Paulo" - lembrando a realização há 30 anos do 20.º Congresso do PCUS - deu página inteira para artigos onde se traçaram paralelos entre Krushev e Gorbachov.

A comparação não é de todo desprovida de sentido. Efetivamente, o período de 11 meses decorridos desde a subida de Gorbachov ao poder, em março de 1985, foi marcado por uma mudança sem precedentes nos quadros de direção do partido revisionista. Nada menos que metade dos membros do politburo - o mais alto órgão dirigente - foi substituída. Com isto, atualmente somente três de seus 11 integrantes são remanescentes da "era Brejnev". Foram destituídos, ainda, 40 entre os 200 secretários regionais e 23% dos dirigentes de base.

A "limpeza" promovida por Gorbachov no PCUS teve como lema duas palavras-chave utilizadas para justificar tudo que se faz hoje em dia na URSS: honestidade e eficiência. Os funcionários caídos em desgraça estavam inevitavelmente ligados a escândalos de corrupção ou a fracassos na execução dos planos de trabalho. Uma campanha massiva contra o alcoolismo foi desencadeada, recebendo um significativo apoio da opinião pública - sinal de que o problema aflige de fato o país.



Os dirigentes do PCUS querem acabar com as filas...

## FIM DA "ERA BREJNEV"

O discurso de Gorbachov na abertura do Congresso sintetizou este processo num conjunto de críticas, batizado pela imprensa como o funeral da "era Brejnev". O dirigente revisionista apontou duramente "a inércia e o entorpecimento das formas e dos métodos de administração e um aumento da burocracia" como os responsáveis pelos "sinais de estagnação que começaram a surgir na vida da sociedade". E creditou aos antigos dirigentes "uma psicologia peculiar - como melhorar as coisas sem mudar nada".

O balanço dos resultados alcançados no último quinquênio não é, realmente, animador. Entre 1981 e 86, o crescimento da economia se manteve à modesta taxa anual de 2,4%. A agricultura viu agravada sua crônica deficiência, forçando o país a importar cereais em quantidades crescentes. Como decorrência, a URSS experimentou no ano passado déficit comercial e acumula dívidas com o ocidente o montante de 30 bilhões de dólares. A isto se somam o desperdício e a má qualidade dos produtos, repetidamente criticados pelos oradores no Congresso.

## A VEZ DOS TECNOCRATAS

O sentido dos ataques de Gorbachov a seus antecessores

começa a ficar mais claro quando se analisam as medidas concretas propostas para sanar as deficiências da economia. O carro chefe está na concessão de maior autoridade aos dirigentes de empresas e, apesar de reafirmar a continuidade do plano centralizado, na prática o informe apresentado aponta no rumo oposto.

Cada empresa receberá créditos de acordo com suas vendas; terá autonomia para gerir seus recursos de modo a apresentar a maior rentabilidade individual possível; para tanto, os salários deverão corresponder à quantidade e qualidade do trabalho. Na área da agricultura, as mudanças se destinam a estimular a produção, concedendo maiores vantagens para "os grupos e famílias": eles receberão os meios de produção (inclusive terras) por um tempo determinado em contrato e terão uma cota de produção fixada pelo Estado; o que produzir além disso poderá ser comercializado no mercado, a preços livres. Especialmente a reforma agrícola se parece bastante com a adotada recentemente na China pelos revisionistas liderados por Deng Xiaoping, levando a um processo de enriquecimento de parte do campesinato e abrindo caminho para a reinstauração do latifúndio.

Do ponto de vista econômico, o que salta aos olhos é que o conjunto de medidas

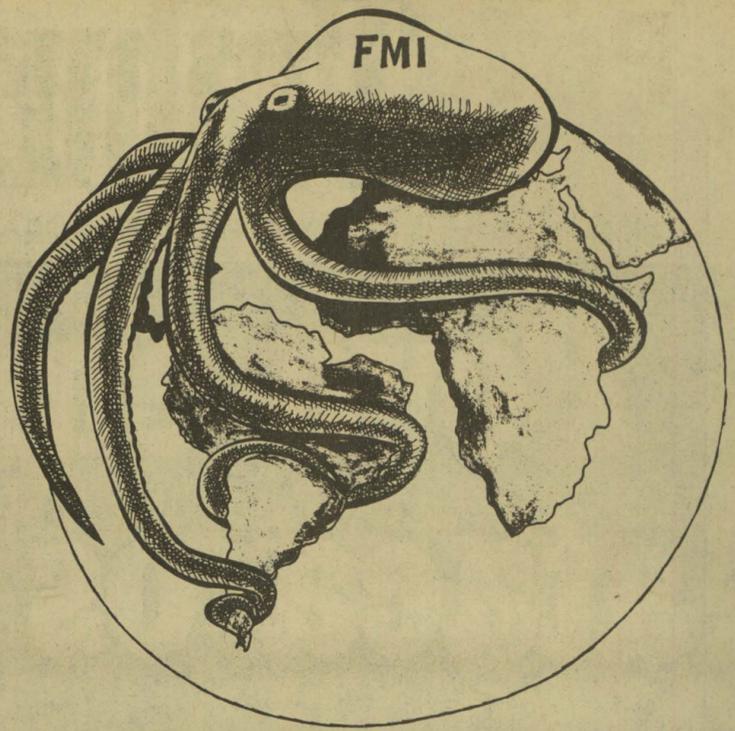
se volta no sentido de atender ao mercado. A tendência de todas as mudanças preconizadas pela atual direção revisionista é responder com maior eficiência às exigências do consumidor, tornar as mercadorias mais competitivas. Não é por outra razão que um dos pontos chave do programa de reformas está na automação industrial e na elevação da produtividade. Gorbachov quer, assim, acabar com as filas e o mercado negro, ambos institucionalizados na URSS.

Do ponto de vista político, as resoluções do Congresso exprimem uma emergência dos tecnocratas, dirigentes de empresa, ligados diretamente à produção. São eles que ansiam por sair da "tutela mesquinha dos ministérios" e voltar-se com as mãos livres para o mercado. É também este o conteúdo dos ataques à burocracia parasitária e da substituição em massa dos dirigentes ligados a Brejnev.

## MAIS LONGE DO COMUNISMO

O projeto de nova redação do programa do PCUS fala em preparar a transição do "socialismo desenvolvido" para a "sociedade comunista". O que ocorre, porém, é que continua o processo de restauração capitalista, agora mais acelerado. A luta entre as facções de Gorbachov e Brejnev não se faz entre defensores e inimigos do socialismo. Simplesmente, os dirigentes de empresa, cuja mentalidade foi desenvolvida pela hierarquia do partido revisionista, agora procuram se livrar do obstáculo que seus criadores representam para o maior desenvolvimento no sentido do lucro. Assim, o afastamento da União Soviética em relação ao socialismo, e mais ainda ao comunismo, torna-se cada vez maior. Não é de graça que o "Estado de São Paulo", em sua edição do dia 25, resume desta maneira sua avaliação do novo chefe do revisionismo soviético: "nem um doente, nem um entevado, nem um moribundo, ou ainda um idiota, mas um homem brilhante".

(Silvio Queiroz)



## Pressão da dívida é tema de duas reuniões na AL

Somente os países dependentes da América Latina transferiram riquezas no valor de 100 bilhões de dólares em 1985 aos ricos países imperialistas. Segundo levantamento realizado pela Comissão Econômica para a América Latina - Cepal.

Esta triste realidade foi amplamente discutida nos últimos dias por representantes dos governos endividados nas reuniões do comitê de seguimento do Grupo de Cartagena, em Punta del Este, no Uruguai, e do Grupo dos 24 (que representa o conjunto das nações devedoras), em Buenos Aires. Uma vez mais ficou evidente que não é possível conviver com o problema da dívida externa, nas condições impostas pelos credores, sem agravar enormemente as condições sociais nas nações dependentes. Há consenso quanto a isso.

Consequentemente, cresce a revolta contra os banqueiros imperialistas ("as bancas arrecadadoras estão cada vez mais opulentas, em detrimento de países cada vez mais empobrecidos", como observou o chanceler da Venezuela, Simon Alberto Consalvi), o que tem aberto espaço para posições mais corajosas. As soluções apontadas certamente estão bem aquém das necessidades, mas não deixam de revelar uma evolução positiva na forma de encarar o problema.

É voz comum, por exemplo, a exigência de redução, ao menos em 2%, das taxas de juros, hoje em torno de 8% ao ano. Fala-se abertamente na

possibilidade de uma tomada de posição unilateral nesse sentido, independentemente da reação dos banqueiros. Isto equivale ao não pagamento do que hoje é considerada uma parcela da dívida.

Também ganha corpo entre outros países a idéia de limitar o pagamento dos juros a um percentual das exportações, solução adotada pelos governos do Peru e Nigéria. Assim, seria possível frear em parte os efeitos nefastos da deterioração das relações de troca em detrimento das economias dependentes, tendência constante nos últimos anos e que contribuiu em boa medida para o aumento do endividamento da América Latina (que há um ano e meio devia cerca de 360 bilhões de dólares e hoje deve em torno de US\$400 bilhões), apesar da maior transferência de riquezas.

O exemplo do petróleo é apenas um dos mais gritantes, tendo provocado perdas substanciais no México (avaliadas em US\$6 bilhões para este ano) e na Venezuela. Nessas condições, a natureza do endividamento também vem sendo colocada em questão. O presidente venezuelano, Jaime Lusinchi, em mensagem à nação por rádio e televisão, anunciou dia 27 que não pagará a dívida contraída ilegalmente no país, ao arripio da lei orgânica do crédito público, inclusive por "irresponsabilidade de alguns bancos que emprestaram de forma aventureira". O débito ilegal chega a 15,6 bilhões de dólares, quase 50% do total da dívida venezuelana (a quarta maior do mundo).

## Força Aérea Brasileira dá guarida ao carrasco do Haiti

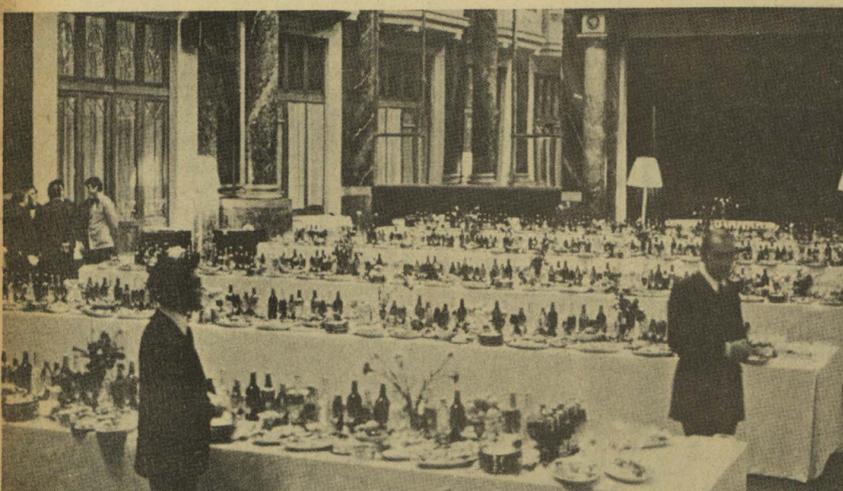
Até o momento em que encerrávamos esta edição, continuava gozando das belezas da Ilha de Fernando de Noronha o carrasco do povo haitiano, coronel Albert Pierre, ex-chefe de polícia de Porto Príncipe. Ele é responsabilizado pela tortura de inúmeros presos políticos e assassinato de pelo menos 500 opositores à ditadura de Baby Doc. Junto com o coronel Pierre estão sua mulher e seu comparsa Gener Cotin, policial.

Pierre tem visto de permanência válido por 60 dias no Brasil, e era chamado de "Ti Boule" (o esquentado) pelos haitianos. A concessão de asilo a esse criminoso foi criticada pela Ordem dos Advogados do Brasil, que lembrou que a Convenção Latino-Americana sobre Asilo, da qual o Brasil é signatária, protege apenas "quem sofre perseguições políticas. A tortura e o assassinato de presos comuns ou políticos não

podem ser interpretados como crimes políticos e nem a cobrança da sociedade a esses delinquentes pode traduzir imposição de caráter político", segundo o presidente da OAB, Hermann Assis Baeta.

O ministro da Justiça do novo governo do Haiti, Gerard Gourgue, considerou a fuga do coronel Pierre para o Brasil "uma ofensa à opinião pública, que clama por justiça". No dia 28 de fevereiro o governo do Haiti anunciou que pedirá à França a extradição do ex-ditador Jean Claude Duvalier, e ao Brasil a extradição do coronel Albert Pierre.

Na Ilha de Fernando de Noronha, devido aos protestos constantes dos turistas contra a presença do assassino do Haiti, o coronel Pierre foi transferido para a base da Força Aérea Brasileira, que se encarregou de dar proteção ao carrasco caribenho.



...mas mantendo os seus privilégios

## Marcos arromba a economia filipina

O ex-ditador das Filipinas, Ferdinand Marcos, ao fugir do povo enfurecido não esqueceu de saquear o país: Marcos e seus familiares pilharam a nação em 3 bilhões de dólares! Uma quantia que equivale a mais de 10% da dívida externa do país de 27 bilhões de dólares - dívida, de resto, contraída durante o governo do próprio Marcos.

Horas depois de Ferdinand e seu bando terem fugido do país, no dia 25 de fevereiro, um grupo de adeptos do novo regime interceptou um carregamento de dinheiro, contendo 3 milhões de dólares, que um cunhado de Imelda Marcos, a mulher do ditador, tentava retirar do país.

Enquanto o ditador e seus apaniguados acumulavam riquezas, inclusive através de empréstimos externos em nome da nação, as Filipinas mergulhavam numa profunda crise econômica. O produto interno bruto teve queda de 9,5% em 1984 e outros 9,5% em 1985. Mais de 10 milhões, de seus 55 milhões de habitantes, estão desempregados. A indústria trabalha com 40% de sua capacidade. A economia estava sendo gerenciada pelo Fundo Monetário Internacional, FMI.

São sabidas as ligações de Ferdinand com o imperialismo norte-americano - não era de graça que ele cedia o território do país para a ins-

talação de bases militares ianques. Mas esse dinheiro do "Tio Sam" tinha retorno: só em propriedades localizadas em Nova Iorque, Marcos tem o equivalente a 350 milhões de dólares, administradas pela New York Land Co. A família Marcos utilizava também empresas registradas nas Antilhas Holandesas e outros centros financeiros para controlar seus bens no exterior. Entre outras posses da família nos Estados Unidos estão 10 acres de terras com mansão avaliada em 19 milhões de dólares em Centre Moriches, um balneário da moda em Long Island; uma outra propriedade de 13 acres com mansão em Princeton, Nova Jersey, e mansões em Honolulu e Beverly Hills,

Califórnia.

Tais dados, é claro, colocam em questão se a dívida externa filipina deve ou não ser paga. Afinal, foi contraída por um governo títere, a serviço do imperialismo norte-americano, e beneficiando esse mesmo imperialismo e as oligarquias no poder. O fato não ocorreu só nas Filipinas. Aqui mesmo na América Latina inúmeros governos ditatoriais endividaram seus países até o pescoço, desenvolveram uma política econômica que sugou as riquezas do continente e propiciaram escândalos e mais escândalos de enriquecimento ilícito dos grupos no poder. A conta fica para o povo pagar. O Brasil, que o diga.

## Enver Hoxha desafia os traidores do socialismo

O discurso de Enver Hoxha na Conferência dos 81 partidos comunistas, quando desmascarou a traição de Nikita Krushev

ao socialismo, pode ser pedido à Editora Anita Garibaldi, com o envio de cheque nominal no valor de Cr\$ 25,00 - Av. Brig. Luís Antônio, 1511, Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

## A LUTA CONTRA O REVISIONISMO SOVIÉTICO

Discurso na Conferência dos 81 partidos comunistas e operários, realizada em Moscou, em 1960.



Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

# Povo nas ruas pelo congelamento

## Os infratores da lei

O congelamento dos salários é fácil de fazer. Ao primeiro sinal do governo, empresários tratam de cumprir rigorosamente a lei. Quem duvida que verifique suas contas no fim do mês.

A fiscalização dos preços é diferente. Em parte devido ao imenso número de pontos de compra e venda de mercadorias, que facilita as possibilidades de remarcação. Outro problema é o pequeno número de fiscais da Sunab para controlar os comerciantes. Basta dizer que na capital paulista, com cerca de 10 milhões de habitantes e um número incontável de mercados, vendas, lojas, bares, etc, existem apenas 65 fiscais da Sunab.

Mas o problema maior é a própria má-vontade do órgão e da polícia, encarregada de auxiliá-lo, quando os infratores são grandes e poderosos comerciantes. O exemplo mais escandaloso no caso é o do empresário Abílio Diniz, superintendente do Grupo Pão de Açúcar. Embora Diniz seja membro do Conselho Monetário Nacional e portanto um dos elaboradores da atual política econômica do governo, diversos supermercados de sua rede foram autuados remarcando preços, em diversos Estados brasileiros.

A exceção que confirma a regra foi a detenção de Roberto Felix Maksoud, diretor e proprietário do luxuoso hotel 5 estrelas Maksoud, acusado por um jurista de vender

guaraná e outras bebidas bem acima da tabela. Maksoud, porém, foi liberado pagando uma fiança de Cz\$ 20,00, o que também vem ocorrendo com os demais responsáveis por crime contra a economia popular. A este preço compensa remarcar, apesar do incômodo da viagem até a delegacia...

Outro problema que o congelamento dos preços enfrenta é a sonegação de mercadorias. No Paraná os grandes frigoríficos recusam-se a fornecer carne para o comércio varejista, a pretexto de que estão tendo prejuízo. Em São Paulo também falta carne. Os açougueiros culpam os frigoríficos. Estes dizem que os varejistas é que compram menos. O problema é que o povo fica sem carne para comer, o que contribui para favorecer a especulação e minar o plano de congelamento dos preços.

Os órgãos encarregados de garantir o cumprimento da lei chegam a cometer excessos... contra a população. Em Pernambuco, por exemplo, um consumidor foi espancado pela polícia ao denunciar um comerciante. O que, de acordo com o pacote governamental, tinha todo o direito de fazer como "soldado" e "fiscais" da Nova República.

Além da sonegação existe também pressão sobre os inquilinos, que pagarão menos aluguel, para desocuparem os imóveis para alugá-los a preços muito acima dos contratos antigos.

Ao anunciar, dia 28, o congelamento dos preços, o presidente Sarney frisou: "Cada brasileiro ou brasileiro será um fiscal dos preços". Não foi preciso maior esforço de persuasão. Uma grande mobilização foi desencadeada. O povo levantou-se em todo o país para fazer valer esta sua antiga e sentida reivindicação.



A GUERRA AOS PREÇOS

"Agora é vigiar", observou a aposentada Júlia Daneliene na porta do supermercado Jumbo Eletro da avenida Brigadeiro Luiz Antônio em São Paulo. "Nem precisa comprar, não. Precisa é vir no supermercado todo o dia vigiar os preços", acrescentou.

De certa forma, suas palavras resumem a disposição de milhões de brasileiros. "Finalmente, os salários foram congelados. Agora as mercadorias não podem subir, se o povo não fiscalizar será muito prejudicado", assegura uma outra consumidora.

As queixas à Sunab, à Polícia Federal, ao Decon, multiplicam-se. Só até a tarde de terça-feira, a PF recebeu mais de 5 mil reclamações em São Paulo. Milhares de autuações, inquéritos e prisões são realizados.

Mas a população sabe que não pode confiar muito na ação dos órgãos encarregados pela fiscalização. Em primeiro lugar, o efetivo é pequeno (a Sunab, por exemplo, dispõe de apenas 65 fiscais na capital paulista). Além disso, predomina a má vontade em fazer valer a lei quando os infratores são grandes e poderosos comerciantes (veja matéria nesta página).

Por isto, o próprio povo tomou em suas mãos a tarefa de forçar o comércio a respeitar o congelamento, frustrando em boa medida as iniciativas de remarcações. Em Curitiba, um consumidor chegou a fechar um supermercado depois de comprovar que os preços praticados estavam acima da tabela. Com o entusiasmado apoio de uma multidão de compradores, declarou: "Em nome do presidente Sarney e da Nova República eu fecho este estabelecimento".

## "Não precisa comprar. É só vigiar os preços"

Na manhã do dia 1º, um grupo de fregueses do Jumbo da Pompéia, na Zona Oeste de São Paulo, notou que estava ocorrendo remarcações e imediatamente protestou. O gerente da empresa, José Carlos Arone, pediu com arrogância que se retirassem. Mas ninguém ardeou. Enquanto esperavam pelos funcionários da Sunab (que já haviam sido solicitados por telefone), os fregueses cantaram o Hino Nacional. O pintor de manutenção do Jumbo, Osvaldo Ferreira da Silva, ofereceu-se como testemunha de que "eles trabalharam a noite toda aqui fazendo remarcação". O gerente acabou parando na delegacia mais próxima.

No supermercado Eldorado da Pamplona, no Jardim Paulista, cujo gerente também terminou levado pela polícia, os populares que controlavam os preços gritaram: "O povo, unido, jamais será vencido". Levantando esta mesma palavra-de-ordem, com carrinhos lotados de mercadorias remarcadas, 50 donas de casa caminharam, em passeata, as poucas quadras que separam o Jumbo Eletro da rua Teodoro Sampaio do 4º Distrito Policial de Pinheiros por volta do meio dia. Os preços tinham sido majorados em até 100% e o gerente do estabelecimento, Dorival Vaz Mormesso, foi indiciado pela polícia por crime contra a economia popular.

Registraram-se também tumultos, saques e quebra-quebras, em razão da revolta diante das remarcações, do descalço da Sunab e da polícia em muitos casos e da arrogância e agressividade dos comerciantes. No Rio de Janeiro, 10 lojas (nove supermercados e uma padaria) foram saqueadas até a tarde do dia 3.



Foto: Mério M. Leite

Dia 28, houve uma tentativa de remarcação dos preços na lanchonete da rede Bob's do Largo da Carioca, no centro da cidade. Os funcionários tentaram esvaziar a empresa, mas a manobra logo foi percebida. Houve protestos, a loja foi invadida por outros populares, os cadeados da porta de ferro foram arrombados, o letreiro apedrejado, as mercadorias saqueadas. No mesmo dia cerca de 300 pessoas concentraram-se em frente à lanchonete MacDonald's, na rua São José, e depredaram a empresa em protesto contra a majoração de preços. Houve tumultos em outros estabelecimentos, todos eles motivados por remarcações ilegais feitas pelos comerciantes.

Em Belém (PA), as Lojas Americanas da Praça da República também foram palco de violência. Na terça-feira os fregueses reclamaram desde o meio dia à Sunab das remarcações. Os seguranças da empresa espancaram vários consumidores, que esperavam providências. A polícia só chegou às 14h30m, quando cerca de 500 pessoas realizavam uma manifestação de protesto do lado de fora da loja. Houve tumultos e vários saíram feridos.

Embora seja grande a mobilização popular para garantir o congelamento, a característica dominante do movimento é a espontaneidade. As iniciativas no sentido de organizá-lo são ainda pequenas e estão aquém do ímpeto demonstrado pelas massas, o que evidencia uma debilidade do movimento popular que precisa ser urgentemente superada.

Vale salientar a atitude do Sindicato dos Aeroviários de São Paulo, presidido por Oswaldo Ribeiro, que formou uma brigada Sindical de Fiscalização de Preços, que visita e checka diariamente o preço de diversos estabelecimentos, principalmente os localizados no Aeroporto. O Sindicato dos Aeroviários confeccionou inclusive uma carteirinha de fiscal e dezenas de associados já se filiaram à brigada.

## É essencial organizar as brigadas populares

O secretário-geral da Conclat em São Paulo, Jamil Murad, informou que a entidade "já está formando outras brigadas sindicais no Estado. Vamos distribuir em grande quantidade boletins com os preços congelados e discutir com os integrantes das brigadas não só o congelamento como outros aspectos do pacote e da economia brasileira, visando conscientizá-los e a todo o povo para lutas de maior envergadura". Também Ana Maria Martins, tesoureira da Conam, afirmou que "nós, da Conam, estamos iniciando a organização dessas brigadas nos bairros". Os diretórios distritais do PC do B em São Paulo foram orientados no mesmo sentido. Nesta segunda-feira haverá uma plenária conjunta do movimento sindical e popular, às 19 horas, no Sindicato dos Eletricistas, para discutir a participação das entidades no combate à remarcação (das sucursais).



Foto: Wilson Mazza

Consumidores abandonam os carrinhos do Jumbo da Pompéia em São Paulo em protesto contra a remarcação; supermercado reage contratando mais guardas; em Belém (PA), prova da remarcação nas Lojas Americanas; e a revolta contra os abusos da Bob's no Rio. Vigília em todo o país.

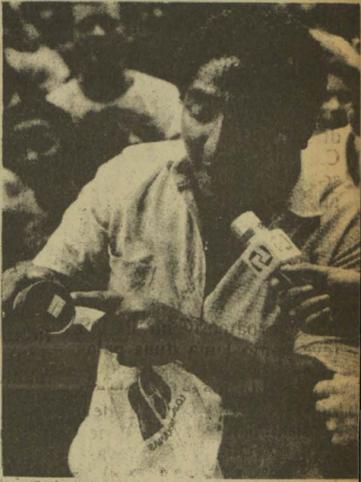


Foto: Carlos Mesquita

## PTB e PDT na contramão

Tão logo foi decidido o congelamento dos preços, o prefeito de São Paulo enviou um arrogante ofício ao presidente Sarney. Nele, o senhor Jânio Quadros, do PTB, assegura que o transporte coletivo municipal pode ser paralisado em São Paulo, sob o pretexto de que o congelamento forçará as empresas de ônibus (e, segundo o prefeito, inclusive a CMTC) a operarem com preços inferiores ao custo, sofrendo "insuportáveis" prejuízos.

Dias antes, ao negar reajustamento das tarifas reivindicado pelos empresários, o mesmo senhor Jânio Quadros havia sustentado justamente o contrário, isto é, que os preços atuais garantiam uma razoável margem de lucros e poderiam ser mantidos no mínimo até maio. Agora, assanhados com a arrogância do prefeito, os capitalistas paulistanos vinculados ao transporte ameaçam abertamente deflagrar lockout (paralisação organizada pelos patrões) para fazer subir os preços.

Por seu turno, o prefeito "socialista" do Rio de Janeiro, Saturnino Braga, eleito pelo PDT, também em boca oposta ao PTB, determina o congelamento

dos preços), decretou o aumento na base de cálculo do IPTU. A medida foi prontamente repudiada pela população e entidades sindicais e populares, pelo seu caráter ilegal e antipatriótico.

O fato de as atitudes de Jânio e Saturnino convergirem para uma mesma direção - a tentativa de violação do congelamento de preços decretado pelo presidente Sarney - não deve ser considerado uma mera coincidência. Os dois prefeitos, bem como seus partidos (PTB e PDT), envolvidos numa linha de oposição sem princípios ao governo, empenham-se em sabotar (em nome de interesses menores) todas as medidas positivas adotadas pela Nova República - particularmente as que atendem às reivindicações do povo, como o congelamento dos preços.

Mais uma vez, tais políticos colocam-se contra a vontade popular e ignoram os efeitos políticos da medida adotada pelo governo - que serviu para solidificar de imediato a sua base de sustentação, constringendo seus opositores a defensiva e a inibição que Sarney sempre afirmou repúdio da população.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



Foto: Wilson Mazza

## Dieese aponta prejuízos na área dos salários

O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE - varou noites esmiuçando o decreto 2283 e suas conseqüências, especialmente no que diz respeito aos salários. Algumas das constatações do DIEESE, apresentadas às entidades sindicais em São Paulo, são as seguintes:

- Salário mínimo: o reajuste decretado, de 33,3%, não acompanha a inflação dos últimos quatro meses (67,8%). Já se pagou no Brasil salário-mínimo equivalente a cerca de Cz\$ 1.600,00, o dobro do atual.

- As perdas salariais ocorridas ao longo dos últimos anos são borradas no decreto, que não permite reajustes a título de reposição salarial. Quem perdeu, perdeu, é a conclusão.

- A correção dos salários é feita usando a média dos salários reais dos últimos seis meses, enquanto os preços são ajustados pelo pico do último dia antes do decreto - o que prejudica os assalariados.

- O salário médio, mesmo protegido pela escala móvel, só será mantido se for efetivado o direito à estabilidade no emprego. Do contrário, uma rotatividade acentuada de mão-de-obra conduzirá à rebaixa salarial.

- A fórmula usada para corrigir os salários deixou de considerar a inflação havida em fevereiro, mantendo sem correção o salário desse mês. Isto faz com que a média de todas as categorias seja rebaixada de 12 a 13% no cálculo do salário médio real dos últimos seis meses, que, portanto, não foi plenamente reconstituído pela fórmula do decreto.

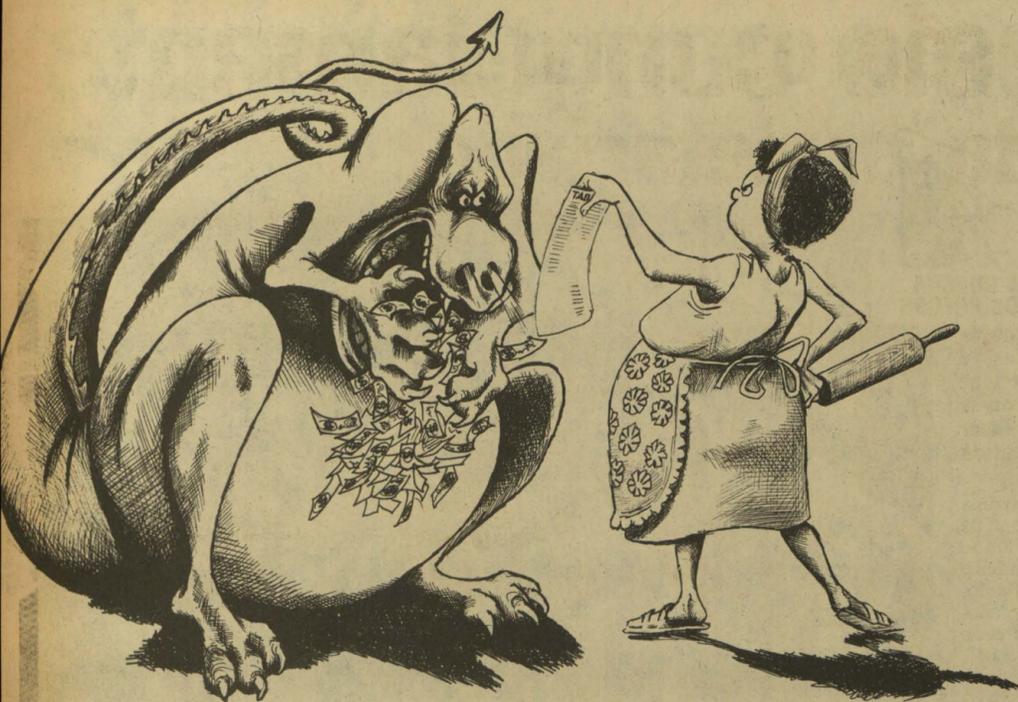
- A escala móvel, que sempre foi uma reivindicação do movimento sindical, fixa um patamar extremamente elevado de inflação - 20% - para que os salários sejam reajustados. Já que a expectativa criada para a

inflação futura em níveis baixos, próximos de zero, podem se passar muitos meses com uma taxa acima de zero e abaixo de 20%, acarretando perdas sucessivas para os trabalhadores. Pelo padrão de escala móvel de outros países, o patamar deveria se situar em torno de 5%.

- O decreto retira direitos adquiridos e fixados em acordos coletivos por várias categorias. Como este aspecto entra em choque com a Constituição, pode haver recurso legal por parte das categorias afetadas.

- O seguro-desemprego, desconsidera os desempregados atuais e só passa a ter validade para quem for demitido após a sua regulamentação, embora, apesar disso e das limitações quanto à cobertura e valor de seguro, represente um grande avanço - na verdade, significa a aceitação pelo Estado da concepção de que o desemprego não é um mero fenômeno conjuntural mas, sobretudo, uma realidade inerente ao sistema.

- Espelhando o debate, em parte confuso, ainda em curso no movimento sindical, o Dieese evita uma apreciação conclusiva sobre o decreto 2283. Assinala, porém, que "antigas reivindicações do movimento sindical - salário móvel, seguro-desemprego, congelamento de preço - são temas constantes, há muito, na pauta dos sindicatos" e "neste sentido há uma ressonância entre o decreto-lei e as lutas encabeçadas pelo movimento sindical".



# Intuição popular descobre potencial do congelamento

O Brasil entrou em março numa mobilização popular comparável à das diretas em 84. Por um lado, trabalhadores e donas-de-casa se atiram à fiscalização dos preços. Com certa intuição, o povo agarra, no decreto 2283 do governo, a conquista que lhe interessa mais de perto. Põe-se em movimento e cria com isso um elemento novo. Mesmo tendo o pacote do dia 28 como detonador, este levante de massas tem energia própria e a dinâmica independente. Pode, inclusive, levar de roldão os itens do decreto que penalizam os assalariados e livram a terra dos poderosos.



A GUERRA AOS PREÇOS

Para afirmar, em cadeia de rádio e TV, que "cada brasileira ou brasileiro está investido pelo presidente para ser um fiscal dos preços", José Sarney despertou um gigante. Subitamente, transbordou a ira popular contra esse imposto extraordinário sobre os povos chamado inflação.

O povo arregaçou as mangas e começou, à sua moda, esta guerra de vida ou morte": vasculha prateleiras de tabela em junho; fecha estabelecimentos; fratores; congestionou os telefones da Sunab e da polícia com denúncias; prende por conta própria comerciantes e gerentes; emarcadores; entoa o Hino Nacional e "o povo unido jamais será vencido".

A explosão é espontânea, feita de ações improvisadas diante da remarcação. Porém a organização já começa a germinar. Associações de bairros e favelas, sindicatos, entidades estudantis, culturais, de mulheres, de jovens, artêm para formar "Brigadas de fiscalização".

No calor da luta, o debate popular também se acende: a inflação vai mesmo acabar? Quem ganha e quem perde com o decreto? Como ficam os salários? Num piscar de olhos, aquilo que era só para "especialistas" vira assunto das conversas de vizinhas. O povo começa a dar um salto na compreensão, não só do pacote, mas do conjunto dos problemas econômicos.

## As donas-de-casa do "Movimento do Custo de Vida" tinham razão...

Do ponto de vista dos interesses populares, o decreto 2283 não pode ser aplaudido ou rejeitado em bloco. Precisa ser visto em suas partes positivas e negativas, às vezes contraditórias entre si.

Por ser um decreto-lei, o Congresso Nacional tem prazo de 60 dias para aprová-lo ou derrubá-lo. Ninguém duvida, dado o apoio recebido, que a aprovação virá. Mas nada impede que o movimento popular e os setores progressistas reivindiquem as mudanças que julgarem necessárias. Uma delas, o congelamento dos juros, já estaria até em estudos do governo conforme informou o ministro João Sayad. Um movimento de massas como o atual teria poder de fogo para alcançar esta e outras conquistas.

Um primeiro aspecto positivo do decreto é que o governo, finalmente, resolveu usar atitudes condescendentes na área econômica. Abandona a linha Delfim Netto, seguida no tempo de Francisco Dornelles, as hesitações e as medidas de curtíssimo fôlego, tipo acordo de cavalheiros". Passa às aspirinas para as medidas urgentes. É um avanço.

O congelamento dos preços se destaca entre essas medidas.

Antiga exigência popular, já em 1978 o "Movimento do Custo de Vida" fez dele a sua bandeira. Na época os tecnocratas com um risinho de mofa, diziam que congelar os preços era um rematado absurdo, uma ingenuidade, uma quimera. Agora, oito anos depois, o governo decreta o congelamento. É uma esplêndida vitória das donas-de-casa e trabalhadores do "Movimento do Custo de Vida" sobre os falsos sabichões das classes dominantes.

Ocorre que congelar preços, no capitalismo, é sempre tarefa de efeito duvidoso e relativo. A famosa lei do mercado, que não pode ser revogada por decreto, termina invariavelmente arrebatando os controles.

O próprio governo sabe e admite que não tem meios de garantir a vigilância contra as remarcações. Como poderiam algumas centenas de fiscais da Sunab controlar 3,5 milhões de pontos de venda do país? Por isso Sarney apelou para que o povo fosse o grande fiscal.

Com a impressionante mobilização que se seguiu, o congelamento deve ter êxito, especialmente se o povo passa a agir organizado e sistematicamente. Mesmo assim será um êxito limitado: no tempo, porque, o próprio governo esclarece, a medida é temporária; e na extensão, pois nem todas as majorações são barradas, conforme a prática está mostrando.

O decreto inclui outros benefícios. Estabelece o seguro-desemprego, "antiga e justa aspiração da classe trabalhadora", como reconhece o discurso presidencial. O seguro só vale para quem for demitido no futuro, deixando de fora os desempregados atuais, e tem um teto de apenas 1,5 salário-mínimo, durante quatro meses. Ainda assim é uma conquista.

Outro ponto positivo é a escala móvel de salário, que substitui, até com certa vantagem, a trimestralidade. Com a inflação ultrapassando 50% em 90 dias, mesmo o reajuste trimestral seria uma fraude. Contudo, num quadro mais estável, como se espera, o teto de 20% para a escala móvel é excessivo. Até ele ser atingido, os salários terão uma perda substancial.

## Por que não usar para os salários o mesmo critério dos preços?

Por fim, entra com sinal positivo o fim da correção monetária para os títulos da dívida pública (ORTNs e LTNs), em mãos de banqueiros e grandes especuladores. É uma medida que atinge o capital parasitário. Não chega a dar prejuízo para esses senhores, pois a correção virá, ao cabo de 12 meses. Mas funciona como um empréstimo compulsório ao governo, que fica com o nó da

dívida interna um pouco mais frouxo.

No lado negativo do decreto, está a visão renitente de que o povo trabalhador deve continuar suportando os custos do combate à inflação.

A medida negativa mais grave afeta os salários. Conforme denunciavam as centrais sindicais, amparadas pelos estudos do Dieese, estes são congelados pela média dos últimos seis meses, enquanto os preços são congelados pelo pico de 26 de fevereiro. Além disso, a tabela do governo espertamente deixa de considerar um mês inteiro de inflação. O fator de atualização de fevereiro aparece como zero (1 = 1.000), quando o IPCA do mês foi de 14,36%. Só este truque rebaixa em 12 a 13% o cálculo do salário médio real. Para completar, o decreto simplesmente proíbe os reajustes a título de reposição do que os salários perderam desde 1964.

É compreensível que os sindicatos façam críticas severas a estes pontos. O justo seria reajustar todos os salários pelo IPCA de fevereiro, ou seja, pelo mesmo critério usado para os preços. No momento, esta discussão se coloca no bojo da mobilização imediata e prioritária, para congelar os preços. Mas logo que o trabalhador faça suas contas ele tende a ganhar impulso - por mais que a grande imprensa e os porta-vozes dos patrões e do governo tentem tapar o sol com uma peneira.

O exemplo argentino é instrutivo: logo que o governo Alfonsín lançou o "Plano Austral", congelando também os salários abaixo dos preços, a CGT de lá fez vários chamados à greve geral que caíram no vazio. Todas as atenções iam para o controle dos preços. Mas em 25 de janeiro, após as massas verem na prática os prós e contras do plano, a mesma palavra-de-ordem de greve geral teve uma estupenda adesão - de 95%.

Ao contrário dos trabalhadores, os ricos são poupados pelo decreto 2283. O setor financeiro foi atingido, como já vimos, mas teve uma generosa compensação: os juros não foram controlados, embora qualquer calouro de economia saiba que o juro não é mais que o preço do dinheiro.

Os capitalistas do comércio e da indústria também escapam. Nos últimos dois ou três meses eles viveram numa autêntica febre remarcatória.

No entanto, nenhuma das medidas do decreto alveja as taxas de lucros, tornadas exorbitantes e com efeitos altamente inflacionários.

Para merecer o qualificativo de "corajoso", o plano deveria começar por aí e, muito especialmente, por um "choque heterodoxo" no pagamento da dívida externa. Desde 1982, pelo menos, o pagamento dos juros da dívida é o culpado maior pela disparada inflacionária, ao sobrecarregar os gastos públicos e todas as contas nacionais com uma despesa completamente improdutiva.

No entanto, o decreto nem toca o problema. Pelo contrário, o governo diz que esta área está "numa situação extremamente boa" e que "o único problema" é a inflação. É um diagnóstico errado, e se o governo insistir nele a inflação fatalmente voltará, como um morto-vivo, a atormentar os brasileiros.

(Bernardo Joffily)

# PC do B inaugura fórum de debate sobre Constituinte

Domingo, dia 2, foi inaugurado no auditório Teotônio Vilela da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo o fórum de debates "O Movimento Popular e a Constituinte", promovido pelo Diretório Regional do Partido Comunista do Brasil. Com o auditório literalmente lotado, o presidente do Partido, João Amazonas, fez uma palestra sobre "Os Comunistas e a Constituinte" (veja na página 10).



Lilian, professora, ao lado do presidente do PC do B

O objetivo do fórum é contribuir para que se elaborem pontos de um programa que una o movimento popular no rumo de uma Constituição Moderna, democrática e progressista.

Neste sentido, foram organizados painéis sobre capital estrangeiro e soberania nacional, liberdades políticas e direitos civis, propriedade - limites e direitos, trabalho e estrutura sindical e regime político e organização do Estado. Além disso serão realizados seminários sobre participação e direitos da mulher, da juventude e dos negros, liberdade e autonomia sindical e movimento popular dos bairros.

Participarão dos painéis e seminários personalidades do movimento popular democrático, como Crowdowaldo Pavan, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Severo Gomes, senador, Maria Nilde Mascelani, educadora, Clóvis Moura, historiador, José Francisco, presidente da Contag, Jair Borin, chefe de gabinete da Presidência do Inbra, Rogério Cerqueira Leite, físico, José Stein, ex-Delegado Regional do Trabalho, Osvaldo Ribeiro, presidente do Sindicato dos Aeroviários de São Paulo, Paulo

Renato Costa, secretário de Educação do Estado de São Paulo, Raimundo Rodrigues Pereira, diretor da Editora Política e Benedito Campos, jurista.

## CANDIDATOS DO PC DO B

Após a palestra de João Amazonas, foram apresentados os candidatos do PC do Brasil pelo Estado de São Paulo

Os três candidatos à Constituinte são Aurélio Peres, operário metalúrgico e deputado federal, na sua 2ª legislatura; Aldo Rebelo, jornalista, ex-presidente da UNE e fundador da UJS; Lilian Martins, professora, dirigente regional do PC do Brasil e sindicalista. Os candidatos estaduais são: Gilberto Natalini, médico e presidente do diretório do PC do B em Santo Amaro; Jamil Murad, também médico, secretário estadual da Conclat; João Bosco, vereador e dirigente nacional da Conam; Ana Martins, diretora da Conam e da Consab; Benedito Cintra, deputado estadual e líder do grupo do movimento negro; Sidney Gobetti, médico e 2º vereador mais votado em Marília; Roberto Néas de Carvalho, vereador mais votado de Buritama.



Aurélio: "Mandato do Partido"



Aldo, candidatura jovem

# Candidatura de Olavo Setúbal naufraga na Convenção do PFL

No dia 2, terminada a Convenção do PFL, o banqueiro Olavo Setúbal retirou sua candidatura ao governo de São Paulo. Com isso ganhou posição, entre os direitistas, a candidatura de Paulo Maluf, e recebeu novo alento a possibilidade do prefeito Jânio Quadros concorrer ao pleito.

Setúbal apoiou Jânio em 1985, e deixou o Ministério das Relações Exteriores e a presidência do Banco Itaú para disputar o governo paulista. Buscou alianças com Delfim Netto, Ademar de Barros Filho (PDT) e anunciava contar com o apoio de Jânio. Queria unificar a reação paulista em torno de seu nome, mas havia uma pedra em seu caminho: Maluf.

Parte dos correligionários de Paulo Maluf infiltrou-se no PFL: o vice-prefeito de Jânio, Artur Alves Pinto, é homem de confiança do ex-governador trombadinha, e José Maria Marin, vice-governador de Maluf, é o presidente do partido. Setúbal tentava ganhar o apoio do grupo de Maluf, ou ao menos neutralizá-lo.

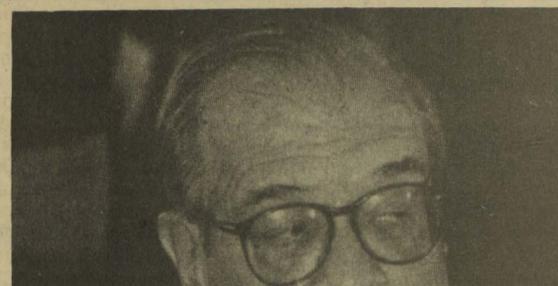
## JÂNIO SOB SUSPEITA

Também Jânio Quadros está sendo colocado sob suspeita por seus colegas de partido, como o deputado federal Farabulini Júnior. Durante a campanha para a capital, Jânio anunciou o apoio do PTB a Setúbal para o governo. Mas desde que assumiu a Prefeitura

vem trabalhando sua própria candidatura. Dias antes da Convenção do PFL, o jornalista Roberto Faria Lima anunciou-se candidato a governador pelo PTB ("a não ser que Jânio concorra", disse), jogando às urtigas a aliança com Setúbal. Outro jornalista, deputado Nelson do Carmo, anunciou seu apoio a Maluf, desgastando ainda mais a campanha do dono do Itaú.

No dia 2, Setúbal verificou que estava sem o controle da máquina do PFL, abocanhada pelos malufistas. Retirou sua candidatura. Marin, então, apressou-se em dizer que "não temos outro candidato", abrindo a possibilidade de composição com Maluf.

O episódio demonstra o quanto é sem princípios a atuação dos partidos burgueses, e como é traiçoeira a política desenvolvida pelos representantes dos exploradores. Jânio e Maluf disputam, no momento, a liderança dos bolsões reacionários do Estado (humildemente, chamam-se a si próprios "conservadores"). Pretendem unificar a direita contra seu principal adversário, Orestes Quêrcia, do PMDB. Em seus cálculos eleitorais contam com a ação divisionista do PT (ação que fracassou nas eleições de 1982 para o governo do Estado, mas que teve êxito para garantir a vitória de Jânio na capital paulista em 1985).



Setúbal não conseguiu unificar forças reacionárias de S. Paulo

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

## LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

## Não se congela a mais-valia

Você já viu algum operário remarcar o seu próprio salário? Nesta área o congelamento funciona. Mas quanto aos preços, todo mundo sabe que os empresários sempre têm um jeitinho para burlar o controle. Suponhamos que desta vez os preços se mantenha inalterados. Mesmo assim a exploração aumenta, a taxa de mais-valia é maior.

### MAIS PRODUÇÃO

Nossa hipótese é que preços e salários não mudem. Mas os métodos de produção evoluem, as máquinas são aperfeiçoadas. No mesmo tempo de trabalho os operários passam a produzir mais. Os capitalistas ganham mais porque vendem mais mercadorias - aliás, ele até reduz os preços, para conquistar um mercado mais amplo, mas continua ganhando mais.

Digamos que em uma jornada de 8 horas uma empresa produz cinco peças que são vendidas a 100 cruzados (Cz\$ 20,00 cada uma). Para isto o capitalista gastou no total Cz\$ 30,00 em matéria prima e meios de trabalho, além de Cz\$ 35,00 de salários. Lucra portanto, Cz\$ 35,00.

Com um processo de produção aperfeiçoado, a mesma empresa produz, por hipótese, 10 peças. Para isto o patrão gasta o dobro também em matéria prima e meios de trabalho (desgaste das máquinas), isto é, Cz\$ 60,00. Mas em salários ele gasta os mesmos 35 cruzados. No total ele coloca Cz\$ 95,00 como investimento. Mas obtém 10 peças que, se fossem vendidas por 20 cruzados cada uma, renderiam no total Cz\$ 200,00. O capitalista ganharia, portanto, 200 - 95 = 105,00. Mas para colocar o dobro de mercadorias ele é obrigado a vender cada produto um pouco mais barato. Digamos por Cz\$ 18,00, o que daria um total de Cz\$ 180,00, tendo então um lucro de Cz\$ 85,00, mais do dobro do que alcançava antes.

### A MAIS-VALIA

Na prática, aos poucos este lucro extra vai sendo eliminado porque todos os capitalistas aperfeiçoam suas máquinas. Mas caem também os custos dos bens de consumo dos operários. O resultado é que na mesma jornada de trabalho são produzidas quantidades muito maiores de mercadorias sem que os operários tenham seus salários elevados. Em outras palavras, a taxa de exploração - ou como se diz mais precisamente na economia política, a taxa de mais-valia - é muito superior.

Por isto mesmo é que nos dissídios um item obrigatório, que os patrões não gostam de incluir, é o aumento da produtividade. E hoje, devido ao acelerado desenvolvimento da técnica, é uma reivindicação generalizada a redução da jornada para 40 horas semanais.

Marx foi quem apontou com toda clareza a mais-valia como fonte de lucros. O empresário paga o salário por uma jornada de trabalho. Mas esta quantia equivale ao consumo do trabalhador em um dia e não ao que ele produz, que é um valor muito superior. Se, por exemplo, em quatro horas ele produz um valor equivalente ao seu salário, nas outras quatro ele trabalha gratuitamente dando lucro ao patrão. Quanto mais modernas são as máquinas, maior a diferença entre o chamado trabalho necessário (que produz o valor do salário) e o trabalho excedente, que fornece mais-valia ao capitalista.

### NÃO À EXPLORAÇÃO

Sendo assim, o trabalhador não pode aceitar o congelamento dos salários. Mesmo com os preços estáveis. Diante do novo pacote, ele exercerá a máxima vigilância para impedir as remarcações fraudulentas das mercadorias. Mas ao mesmo tempo exigirá recompensa maior pelo que produz a mais, para evitar uma exploração extra.

(Rogério Lustosa)

### DE OLHO NO LANCE

## PT-PE: quem tiver mãe que se cuide

A direção regional do PT pernambucano está realizando uma inquirição entre os seus militantes - queixam-se vários deles, ameaçados de expulsão por terem apoiado a candidatura Jarbas Vasconcelos nas últimas eleições. "É uma atitude autoritária da direção", alegam os ameaçados.

O expurgo foi decidido numa pré-convenção regional, que chegou a formar uma "comissão de ética" para julgar os que não concordaram com a candidatura própria do PT - que obteve apenas 1% dos votos. A ala sob suspeição acusa o presidente regional e ex-candidato petista, Bruno Maranhão, de ter realizado uma pré-convenção de caráter duvidoso, sem quórum. Qualifica a atitude do "inquisidor" - como vem sendo chamado Maranhão - de ilegal e imerecida, explicando-se apenas por um sentimento de mágoa frente à votação inexpressiva que o PT recifense obteve.

Os desentendimentos entre os petistas pernambucanos lembram a frase que Lula endereçou a Brizola, dizendo que este seria capaz de pisar no peçoço da própria mãe. Na terra do frevo, o PT perdeu o passo e a orientação para quem tiver mãe é tirar o peçoço da reta. Falta saber qual peçoço será pisado pelo Diretório Nacional do partido, onde já repercutem os pontos de vista das facções pernambucanas em luta.

Depois de 38 anos na ilegalidade, os comunistas concorrerão com sua própria legenda para as eleições deste ano. Com esta participação o Partido Comunista do Brasil terá oportunidade de aprofundar seus vínculos com as massas trabalhadoras, difundir sua política revolucionária, multiplicar suas organizações de base e contribuir para fortalecer o movimento democrático e progressista do país.

Os trabalhadores têm imenso interesse em participar especialmente da luta em torno da Constituinte. Eleger uma bancada popular - em particular uma aguerrida representação comunista - jogará importante papel nesta conjuntura de radicalização do confronto entre as correntes reacionárias e as forças que almejam mudanças. Mais do que isto, a experiência já demonstrou que a campanha eleitoral e, depois, os mandatos parlamentares podem desempenhar o papel de ferramentas valiosas no combate por transformações mais profundas rumo a um novo sistema social.

Quem deve representar o proletariado no Parlamento? Qual a conduta dos candidatos dos trabalhadores para cumprir a missão que lhes é confiada? Qual a relação entre eles e o partido da classe operária?

### Voz dos operários no Parlamento

Lênin recomendava aos operários que utilizassem a cédula eleitoral para se organizarem e baterem seus inimigos "e não enviar ao Parlamento homens que se aferram à sua cadeira por medo da prisão". Stálin conclamava a bancada bolchevique: "Que ressoem com força as vozes dos membros comunistas da Duma, falando do objetivo final do proletariado, das reivindicações integras de 1905, da classe operária como chefe do movimento popular, do campesinato como aliado mais seguro da classe operária, da burguesia liberal como traidora da liberdade popular" ("as reivindicações de 1905" referiam-se à plataforma levantada pelos trabalhadores na insurreição de 1905 contra o Czar).

Logo na escolha de seus representantes, os trabalhadores têm critérios diferentes dos adotados entre as classes dominantes. Nos agrupamentos burgueses tratava-se de uma batalha acirrada pelas vagas de candidatos e depois outra disputa feroz para decidir quem será eleito. Vencem em geral os que contam com maior poder econômico, os que conseguiram currais eleitorais mais sólidos ou que lograram estabelecer acordos vantajosos com outros grupos dentro do próprio partido. São conhecidos os obstáculos enfrentados pelos elementos mais ligados aos interesses populares.

Entre o proletariado esta disputa pessoal ou de grupo não tem cabimento. Os candidatos - e os parlamentares eleitos - representam não a si mesmos e sim à organização revolucionária da classe operária; são indicados não por vencerem a concorrência com outros companheiros, mas por decisão do coletivo partidário, sua ligação com as massas, sua firmeza na aplicação da política do partido e na defesa dos princípios marxistas-leninistas. Na campanha e depois no exercício do mandato estes representantes defendem não as suas idéias individuais e sim as do partido; agem não de acordo com uma tática sua, particular, e sim em consonância com as orientações partidárias.



O presidente do PC do B, João Amazonas, com os candidatos do partido ao Parlamento em São Paulo; Maurício Grabois (foto menor), exemplo de militância a serviço do proletariado dentro e fora do Parlamento

Evidentemente que na escolha dos candidatos e na formulação das diretrizes cada um dá suas opiniões e colabora com sua experiência pessoal. Mas os candidatos e os deputados eleitos são porta-vozes do proletariado consciente e organizado; os mandatos parlamentares pertencem à classe operária e ao partido, não são instrumentos de realização pessoal de cada um.

### Uma tarefa como qualquer outra

Para os comunistas o exercício de um mandato parlamentar é uma tarefa como qualquer outra, por indicação e sob direção do partido. Não é uma profissão nem uma função vitalícia ou promoção social. O mesmo militante que hoje é deputado, amanhã pode ter a incumbência de retornar ao sindicato de sua categoria ou ao trabalho na fábrica onde atua. O desenvolvimento da luta de classes é que determina o deslocamento de forças para tal ou qual trincheira, sem que cada um coloque acima de tudo a si mesmo, seu conforto ou seu prestígio pessoal. Vale lembrar o exemplo de Maurício Grabois, jornalista, deputado constituinte, militante clandestino, guerrilheiro do Araguaia, sempre um comunista que desempenhava com entusiasmo a atividade que o partido lhe apontava.

A campanha dos candidatos comunistas não se transforma também numa corrida desordenada de cada um por si para ver quem agarra o seu lugar primeiro no Parlamento. Cada um faz campanha em determinadas áreas, de acordo com o planejamento geral e conforme sua atividade como líder sindical ou popular, ativista do movimento de jovens ou de mulheres etc. E todos têm consciência de que embora a chapa do partido comporte um grande número de companheiros, há necessidade de uma ação coordenada para levar a propaganda proletária de forma mais ampla e de uma concentração de esforços para garantir a eleição de alguns camaradas em melhores condições, que encabeçam a lista de concorrentes. Cada um realiza o máximo de esforços mas compreende que faz parte de um coletivo com objetivos comuns, em função dos interesses maiores da classe operária pela liberdade e pelo socialismo.

Esta compreensão da atividade organizada, e de que a luta parlamentar faz parte de um todo maior que

envolve inúmeras frentes de luta, determina uma campanha eleitoral diferente. As classes dominantes apoiam-se principalmente na propaganda "por cima", que envolve imensos recursos. O partido do proletariado, sem desprezar as possibilidades de utilizar os grandes meios de comunicação - em especial a televisão -, tem como fundamental a mobilização intensa de suas organizações de base para penetrar amplamente entre as massas. Através destas raízes espalhadas por toda parte é que é possível falar diretamente ao povo nos seus locais de trabalho, de moradia e de estudo. Apoiados nestas células é que os candidatos comunistas podem manter um estreito relacionamento com as entidades sindicais e populares, inteirar-se das condições de vida e trabalho dos brasileiros, ouvir suas reivindicações, fazer propaganda das posições do partido, estabelecer um relacionamento político com outras forças aliadas em todos os locais. Os militantes de base mobilizam por sua vez milhares de outros ativistas do povo, formando comitês de apoio nas empresas e nas ruas, multiplicando as bocas que falarão sobre os mesmos objetivos, conquistando votos, esclarecendo as questões centrais da plataforma avançada e combativa dos comunistas. A campanha não se baseia portanto apenas no empenho pessoal do candidato e por isto pode competir com sucesso com os métodos bilionários da burguesia.

### Direita contra o ascenso popular

Na batalha eleitoral deste ano os comunistas enfrentarão o fogo cerrado da direita, que faz tudo para deter o ascenso do movimento popular e as transformações democráticas. Mas ao mesmo tempo terão que desmascarar as alternativas burguesas e pequeno-burguesas que se dizem progressistas mas procuram confundir os trabalhadores para desviá-los do alvo principal. Nesta tarefa se defrontarão com social-democratas, revisionistas e trotskistas, que fazem o jogo dos padrões infiltrados no movimento operário, assim como com elementos renegados que têm como alvo principal a liquidação do PC do B e outros que abandonaram as fileiras partidárias atraídos por promessas de um caminho mais suave e vantagens pessoais nas agremiações das classes dominantes. Embora a campanha não tenha como motivação

crítica a esta gente, é ilusório imaginar que se pode evitar a polêmica com tais adversários ou que é possível neutralizá-los com um "tratamento amigável". Seria um equívoco perigoso agir desta forma. Isto permitiria que estas correntes continuassem a semear a confusão entre os trabalhadores e desarmaria as próprias fileiras comunistas diante de inimigos de classe. Tratando de situação semelhante, Engels dizia, numa carta a Auguste Bebel em 1873: "A melhor maneira de fazer propaganda não consiste em afastar do adversário algumas pessoas, ou alguns de seus membros, mas em agir sobre as grandes massas indiferentes". Lênin também era enfático ao advertir que não se pode pensar em enfrentar o imperialismo sem desmascarar e combater o oportunismo.

Os candidatos e parlamentares comunistas têm portanto uma linha de atuação própria. Não se consideram donos da verdade nem se negam a uma convivência política com outras correntes democráticas. Pelo contrário, sempre procuram entendimentos com outras forças visando a ação unitária em torno de interesses comuns. Mas são políticos diferentes por suas propostas em defesa da classe operária e pelos objetivos maiores que perseguem, de pôr fim ao domínio do capital e construir o socialismo. Como revolucionários, eles participam do Parlamento mas não consideram esta atuação como um fim em si mesmo ou como fundamental.

Lênin também indicava a enorme importância dos representantes dos trabalhadores participarem ativamente de todas as discussões legislativas. De elaborarem projetos de leis assim como emendarem projetos governamentais ou de outros partidos. Entretanto, nesta prática, não podem rebaixar as reivindicações e as palavras de ordem do programa partidário. Nem alimentar ilusões de resolver os problemas da classe operária por este caminho. Pelo contrário, devem utilizar esta atividade para alertar o proletariado sobre a "falácia do reformismo e incorporar as massas à luta econômica e política...".

Fica evidente portanto que a plataforma dos candidatos assim como a atuação parlamentar não podem estar desligadas da política do Partido. Cada candidato ou parlamentar precisa dominar a tática partidária e manter estreita ligação com seus órgãos de direção, de quem recebem orientação



ajuda em todos os planos de trabalho.

### PC do B buscará fazer coligações

Por último, vale assinalar que além de concorrerem com chapa própria os comunistas procurarão coligações com outras legendas, tanto para os cargos majoritários como para os proporcionais. Farão dobradinhas e estabelecerão certos acordos eleitorais - em cada Estado de acordo com a situação concreta. Buscarão com isto fortalecer a unidade das forças democráticas, abrir novos espaços para a influência do partido e ajudar a educação política das massas. Ou seja, a independência do partido não se confunde com isolamento ou auto-suficiência. As grandes jornadas das diretas e do candidato único das oposições mostraram com muita força que o crescimento do movimento democrático em geral é um fator que impulsiona o crescimento do partido - desde que os comunistas saibam manter sua autonomia no curso deste movimento. E que, por outro lado, quem se coloca à margem do curso político e tenta fazer o "seu" próprio caminho, isolado do conjunto, só pode esperar o fracasso.

Em 1945, com apenas um mês de campanha eleitoral, os comunistas obtiveram um voto expressivo para a Constituinte. E a bancada eleita, apesar da inexperiência dos companheiros e dos enormes obstáculos que enfrentou, cumpriu papel de destaque na defesa dos interesses dos operários. No pleito deste ano, embora as condições sejam muito distintas, o partido é mais sólido política e ideologicamente, a classe operária é muito mais numerosa e experiente, o nível de consciência do povo cresce velozmente. Uma expressiva vitória das correntes democráticas e populares na Assembleia Constituinte pode jogar um papel decisivo para um salto de qualidade na vida política do país. É com entusiasmo e otimismo que as fileiras comunistas se lançam ao trabalho. (Rogério Lustosa, membro da Comissão Nacional do PC do B)

**RUMO À  
CGT**

## Os baianos entusiasmados

Mais de 100 dirigentes de 40 sindicatos de trabalhadores baianos realizaram dia 1º, no auditório do Sindicato dos Bancários, a Plenária Sindical da Conclat - a maior reunião de entidades sindicais do Estado nos últimos três anos. Foi discutido principalmente o pacote econômico do governo, mas também foi abordada a fundação da CGT, no final do mês, em São Paulo.

A plenária posicionou-se pela deflagração imediata de luta pela reposição salarial, em função de perdas motivadas pelo pacote. Decidiu lutar pela revogação do dispositivo que proíbe a reposição salarial e exigiu também a diminuição do patamar da escala móvel de 20% para 5%. Deliberou-se pela ampliação do seguro desemprego e salário mínimo conforme os cálculos do Dieese.

Ficou visível o entusiasmo e a expectativa dos sindicalistas em função do surgimento da Central Geral dos Trabalhadores no Congresso da Praia Grande. Segundo Renildo Souza, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, o encontro "foi um grande acontecimento sindical. Avançamos na unificação das nossas lutas. O sindicalismo baiano irá ao Congresso da Conclat com uma expressiva e entusiasmada delegação". (da sucursal)

## Unidade dos maranhenses

Os trabalhadores rurais e urbanos do Maranhão realizaram nos dias 1º e 2 de março em São Luiz a II Plenária Sindical e Unitária com vistas à preparação do Congresso da Conclat.

A plenária contou com a participação das Federações dos Trabalhadores na Indústria e na Agricultura e mais 27 entidades sindicais representadas por 112 delegados. A plenária tomou importantes decisões, entre as quais: eleger para a Constituinte candidatos comprometidos com as lutas e com um programa único dos trabalhadores; suspensão do pagamento da dívida externa e rompimento dos acordos com o FMI; apoio ao congelamento dos preços e ao salário desemprego do pacote econômico do governo e crítica à especulação financeira; concluiu-se que o "xis" da questão, a dívida externa, não foi tocado; imediata aplicação e ampliação do plano nacional de reforma agrária; repúdio à política agrária do governo do Estado bem como à morosidade e vacilação do Incrac; criação de comissões locais de reforma agrária mobilizando os camponeses; apoio à fundação da CGT, como central sindical ampla a ser fundada na Conclat. A plenária realizou-se num clima de unidade e otimismo pela criação da CGT. (da sucursal)

## Encontro em Caxias do Sul

O Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, sediou o encontro de trabalhadores onde foi eleita a coordenação provisória da Conclat da Região da Serra, que engloba os municípios de Caxias do Sul, Garibaldi, São Marcos, Vacaria, Farroupilha, Flores da Cunha, Canela e Gramado. Estiveram presentes neste reunião, dia 28, os maiores e mais representativos sindicatos da região.

Pedro Pozzenato, secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, presidiu os trabalhos de mesa e em seu pronunciamento enfatizou a necessidade da criação de uma central sindical democrática que englobe todas as facções políticas. Também comentou que deve-se acabar com o acomodamento e o assistencialismo por parte dos sindicatos, o que contribui para entrar a sua vida orgânica.

Nos pronunciamentos da plenária ficou nítida a expectativa com que os sindicalistas aguardam o congresso da Conclat, em Praia Grande. Todos esperam que a criação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) venha realmente fortalecer e unir o movimento sindical. A presidência da Coordenação provisória ficou com Manoel Silva Marques, do Sindicato dos Metalúrgicos (da sucursal)



# As centrais sindicais mundiais

## Atuação das centrais no Brasil

Dada a importância do Brasil na economia capitalista mundial e ao papel de seu proletariado na luta de classes a nível internacional, as centrais sindicais e seus organismos regionais têm desenvolvido intensa corrida para estabelecer relações e filiar sindicatos brasileiros. Para alcançar seus intentos, elas se utilizam dos mais variados recursos.

A CLAT, que no seu VII Congresso definiu como prioridade investir no Brasil, retomou suas atividades no país recentemente. Ela criou o Ipros (Instituto de Promoção Social), com sedes em vários Estados, que realiza cursos, palestras, mantém contatos permanentes com dirigentes sindicais e promove constantes viagens. Ela também realizou sua última Conferência no Rio de Janeiro, em dezembro passado, com apoio direto do cardeal Eugênio Sales (da ala conservadora da Igreja).

Já a Ciosl reforçou sua atuação no país, utilizando-se de milionários recursos. Durante o regime militar, ela realizou inúmeras atividades. Segundo Kenneth Erickson, autor do livro "Sindicalismo no Processo Político do Brasil", de 1964 a 1973, cerca de 30 mil sindicalistas brasileiros fizeram os cursos de corrupção ideológica promovidos pelos EUA.

### ATUANDO NAS TRÊS

Além da ORIT, esta central conta com a ajuda dinâmica do "adido trabalhista" da embaixada norte-americana e com o Instituto Cultural

do Trabalho, organismo dirigido por Iadesil (Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre) - que é controlado pela AFL-CIO. Em novembro passado, a revista *Business Week* revelou que a AFL-CIO gasta 43 milhões de dólares por ano em 83 países, geralmente em projetos contra o comunismo, que tendem a se fundir com temas da política externa dos EUA". A maior fatia é destinada à América Latina, incluindo o Brasil.

Por sua vez, a FSM tem encontrado dificuldades para penetrar no sindicalismo nacional - inclusive devido à fragilidade sindical do partido revisionista local. Através de um escritório em São Paulo, ela divulga sua revista "O Movimento Sindical Mundial" e promove tímidas atividades. Uma jogada mais ousada foi tentada com a realização do encontro de sindicalistas em Cuba para tratar do problema da dívida externa.

É interessante notar que nenhuma das centrais mundiais tem uma definição clara com relação às intersindicais existentes no país - CGT, CUT e USI. A Ciosl, por exemplo, joga recursos e mantém contatos com as três centrais. O próprio Jacó Bittar, dirigente da CUT, reconheceu numa entrevista ao jornal O Globo, em agosto de 1983, que sua entidade pediu ajuda financeira a Ciosl. Posteriormente, ela e a AFL-CIO se fizeram representar nos congressos da central petista e no da Conclat.

argumento para não participar da FSM unitária da década de 40. A partir de 1968, resolveu abolir o termo "crístãos", que estreitava sua ação no meio sindical, e adota o nome atual.

A CMT tenta passar como uma central "pura", sem quaisquer vínculos com correntes políticas, e chega a resuscitar arcaicas teses anarquistas. Condena "todas as formas de capitalismo, assim como o estatismo marxista" e defende o chamado "socialismo autogestionário".

Na difusão dessa concepção, ela opera 12 Federações Internacionais Profissionais (FPIs) e possui três coordenações regionais, como a Central Latino-Americana dos Trabalhadores (CLAT), estruturada a partir de 1954. Esta atua através de centrais sindicais próprias e de vários organismos de propaganda, aplicando fielmente a linha da CMT. São constantes seus ataques ao comunismo. Segundo ela, "o marxismo-leninismo fracassou em seus propósitos de liberação da classe trabalhadora".

A conduta da CLAT-CMT tem gerado críticas inclusive de setores da Igreja. Segundo Valdemar Rossi, dirigente da Pastoral Operária Brasileira, "nos contatos que mantive com a CLAT, ela coloca como questão prioritária a posição anticomunista e secundariamente o anticapitalismo". Já a Frente Nacional do Trabalho, que até o final da década de 70 manteve acordos com a CLAT, acusa-a de ter fortes vínculos com a reacionária tendência democrata-cristã européia, o que desmascara sua "pureza". A FNT garante que esta central é financiada pelo Instituto de Solidariedade Internacional da Fundação Konrad Adenauer, que é um órgão do Partido Democrata-Cristão da Alemanha - atualmente no poder. A denúncia é confirmada pelo próprio secretário-geral da CLAT, Emílio Maspéro, que numa entrevista ao jornal "Movimento" em dezembro de 1973 afirmou que a entidade recebe dinheiro da Alemanha, Holanda e Bélgica e que "40% de seu orçamento vem de entidades privadas da Europa. (Altamiro Borges)

Nos últimos tempos, com a intensificação das lutas trabalhistas, muito tem se falado sobre a presença das centrais sindicais mundiais no Brasil. Agora, com a proximidade do congresso de fundação da CGT, o assunto ganha destaque, toma páginas de jornais e gera acalorados debates no meio sindical. Para não ser apanhado de surpresa pela ofensiva destas articulações internacionais é preciso, antes de tudo, conhecê-las, saber o que representam e o que pretendem.

### POR UMA CGT FORTE



Atualmente existem três grandes centrais sindicais internacionais. Devido à acirrada disputa entre elas pela hegemonia do sindicalismo no mundo, não dá para calcular a força real que possuem - suas cifras de adesões são bastante superestimadas. A Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (Ciosl) diz atuar em 88 países e possuir 124 organizações nacionais filiadas, representando cerca de 62 milhões de trabalhadores. Já a Federação Sindical Mundial (FSM) afirma ter 107 intersindicais filiadas de mais de 70 países, agrupando aproximadamente 190 milhões de assalariados. E a Confederação Mundial do Trabalho (CMT), que é a mais fraca, calcula que agrupa cerca de 15 milhões de trabalhadores de 86 países, representados por 85 organismos filiados.

### Ciosl quer amainar luta de classes nos países dependentes

No Brasil a mais conhecida é a Ciosl, que teve sua atuação facilitada nos últimos 21 anos de governos militares. Ela foi fundada em dezembro de 1949 por iniciativa das centrais sindicais inglesa (TUC) e americana (AFL). Estas romperam a unidade sindical mundial existente antes, que se dava em torno da FSM, aproveitando-se do clima de "guerra fria" - instaurado pelos EUA para tentar isolar e derrotar as forças revolucionárias no mundo. Nesse sentido, a Ciosl já nasceu com uma forte marca anticomunista e passou a pregar abertamente o plurisindicalismo, como forma de impedir o avanço das forças revolucionárias nos sindicatos.

A Ciosl sempre foi controlada pelas correntes que dominam o movimento sindical nos países imperialistas. Nela se encontram as centrais ligadas aos partidos social-democratas europeus - como o TUC inglês e o DGB alemão - e o sindicalismo americano, através da AFL-CIO. Apesar das divergências existentes entre essas duas facções, elas se unem na defesa de um modelo sindical economicista e corporativista, que

segure as lutas dos trabalhadores e busca apenas reformas graduais no sistema capitalista. Um sindicalismo marcadamente de cúpula, de conciliação com a burguesia, e altamente corrompido. Vários dirigentes do DGB e da AFL-CIO, por exemplo, são acionistas de grandes empresas e bancos.

Como defensora dos interesses da "aristocracia operária" dos países industrializados, a Ciosl quase não se pronuncia contra as agressões imperialistas nos países dependentes, adotando uma postura nacional-chauvinista. Prova disto é a conduta da AFL-CIO. Na década de 60 ela apoiou ostensivamente a agressão dos EUA contra o povo do Vietnã.

A Ciosl utiliza vários instrumentos para difundir este modelo sindical podre no mundo. Os 15 Secretariados Profissionais Internacionais (SPIs), sob hegemonia da Ciosl, são um desses mecanismos. Esta central também conta com três organismos regionais: ORIT (Organização Regional Interamericana de Trabalhadores), ORAF (Africana) e ORA (Asiática).

A atuação da ORIT é das mais vergonhosas. Fundada em 1951, ela segue fielmente a linha ditada pela AFL-CIO, que contribui com vultuosos fundos para a sua ação. Antes do golpe militar brasileiro, apoiou abertamente a articulação da direita sindical, que estruturou o famigerado MSD (Movimento Sindical "Democrático"). No golpe do Chile, em 1973, a cena se repetiu. A ORIT financiou a ação divisionista dos pelegos contra a central unitária chilena. Segundo consta no livro "O Sindicalismo Americano e a CIA", a ORIT recebe dinheiro e orientações do comando de espionagem dos EUA.

Se a Ciosl serve aos interesses da social-democracia em aliança com o imperialismo norte-americano, a FSM é atualmente um instrumento da política externa do social-imperialismo soviético. Sua implantação geográfica é restrita, limitando-se basicamente aos países dependentes da URSS. Dos 190 milhões que ela diz representar, cerca de 113 são do Leste Europeu.

A FSM é amplamente dominada pelas centrais sindicais do bloco sovié-

tico. Seus dirigentes, na maioria, são integrantes das direções dos partidos revisionistas afinados com Moscou. A entidade não tem qualquer autonomia. Em 1968 chegou a existir um movimento de protesto no seu interior, contra a invasão da Tchecoslováquia, mas este acabou com a punição de alguns integrantes do Secretariado da central. Já nas greves operárias na Polônia e por ocasião da agressão ao povo do Afeganistão, a FSM preferiu se posicionar a favor da política externa soviética.

### FSM: "um centro de propaganda" da ação externa da URSS

Devido a esta orientação, a FSM tem caído no ostracismo e sua influência nos países capitalistas diminuiu de ano para ano. Os próprios eurocomunistas italianos, que dirigem a poderosa central sindical CGIL, pediram afastamento da FSM em 1978, qualificando-a de "um instrumento definitivamente envelhecido e inútil", que só serve como "central de propaganda da URSS". Na mesma época a CGT francesa, também sob a direção dos revisionistas iniciou um processo semelhante de desfiliação.

A FSL também atua a nível das categorias profissionais, através das Uniãos Internacionais de Sindicatos (UIS), e possui alguns organismos regionais, como o Cpostal (Congresso Permanente da Unidade Sindical dos Trabalhadores da América Latina), fundado em janeiro de 1964, em Brasília.

Por último, existe a CMT - a mais frágil das três centrais mundiais. Ela surgiu da antiga Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos (CISC), da década de 20, e hoje diz pregar "o humanismo inspirado na doutrina social da Igreja Católica". A atuação do CISC no período de pós-guerra foi de evidente combate ao comunismo, tanto que utilizou esse

## Manter a independência sindical

Desde o nascimento do sindicalismo no mundo, os trabalhadores sempre se esforçaram para forjar uma sólida unidade a nível internacional. A Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada em 1864 e que teve como um de seus inspiradores Karl Marx, foi a primeira grande iniciativa nesse sentido. Afinal, para lutar contra a exploração capitalista, que estende seus tentáculos por todos os países, esta unidade é uma arma fundamental nas mãos do proletariado.

Mas, por diversos motivos, este objetivo não se concretizou a não ser em curtos espaços de tempo. Atualmente, a situação do sindicalismo mundial é de crise profunda. As três

grandes centrais representam apenas concepções político-ideológicas particulares, não têm capacidade de dirigir as lutas unitárias dos trabalhadores e vivem em disputas mesquinhas pela hegemonia sindical mundial.

O congresso da Conclat nos próximos dias 21, 22 e 23, em Praia Grande, deverá abordar a questão da filiação internacional. E tudo indica que manterá a acertada posição dos encontros anteriores, de não se filiar a nenhuma das três centrais mundiais e manter uma posição de independência. Isso, no entanto, não deve representar o isolamento do sindicalismo nacional. Este precisa procurar estreitar laços de união com os sindicatos do restante do mundo, principalmente os da América Latina.

**CGT**  
Centro de Documentação e Informação  
Fundação Maurício Grabos

## 8 de março: Direitos e Constituinte

O 8 de março, Dia Internacional da Mulher, será comemorado este ano nos parques de alguns acontecimentos de vital importância para os destinos da nação brasileira.

O primeiro deles é a convocação da Constituinte. Para representar um avanço político, esta Constituinte precisa ter significativa participação popular. E necessita ser composta por homens e mulheres que defendam realmente os interesses das massas femininas, garantindo de fato a igualdade de direitos entre os sexos na economia, na sociedade e na família. As candidaturas femininas devem ter no geral um passo neste rumo. Não por acaso o lema deste 8 de março é "Direitos e Constituinte".

Outro aspecto importante, principalmente do ponto de vista do movimento operário e sindical, foi o I Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora, que reuniu mais de 4 mil delegadas e levantou com vigor a bandeira da maior participação feminina nos sindicatos, onde a influência das mulheres ainda é muito pequena. O Con-

gresso conseguiu despertar o movimento sindical para a necessidade de incluir as reivindicações femininas nos dissídios das categorias como um todo.

O "pacote econômico" também vem contribuindo para mobilizar as massas de mulheres para garantir o congelamento dos preços. Embora não seja uma reivindicação especificamente feminina, a luta contra a carestia engloba tradicionalmente no Brasil grande contingente de mulheres, particularmente as donas-de-casa, encarregadas da economia doméstica. Embora o pacote ainda seja recente, o movimento de mulheres já se destaca na mobilização popular, nas brigadas e grupos de fiscais encarregados de garantir o congelamento.

Em São Paulo o combate à campanha de controle de natalidade do prefeito Jânio Quadros é um outro ponto de unidade que pode unir as diversas entidades e as massas de mulheres para um 8 de março unificado e de expressão popular. (Olívia Rangel)



Funcionários acampados em frente ao Hospital Matarazzo

## Hospital rouba e não paga seus funcionários

Os funcionários do Hospital Matarazzo, na capital paulista, estão em greve desde o dia 24 de fevereiro, exigindo o pagamento de salários atrasados (referentes ao 13º e mês de janeiro). Desde o dia 1º aproximadamente 200 grevistas estão acampados em frente ao hospital que está ameaçado de ser fechado. A casa de saúde da família Matarazzo entrou em decadência a partir de 28 de janeiro de 1985 quando seu superintendente foi preso em flagrante, juntamente com outros três funcionários, praticando fraude contra o Inamps. Também foi descoberto indevidamente o pagamento de cerca de sete mil consultas. Com isso o hospital deixou de receber da Previdência, agravando sua situação financeira. Hoje funciona com apenas 10% de sua capacidade.

O governo do Estado e o Inamps se comprometeram a levantar a quantia de R\$ 5,5 milhões para o pagamento dos salários atrasados, desde que se desse uma administração tripartite (formada por um representante da atual direção do hospital, um representante do Inamps e um representante da Secre-

taria de Saúde), que funcionaria por 60 dias.

A liberação desta verba ainda não saiu por intransigência dos representantes da família Matarazzo. José Pereira de Castro, diretor do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de São Paulo diz: "Suspeitamos que o presidente do conselho administrativo do hospital, Ewandro Wiss, é quem está impedindo essa negociação, por não querer a intervenção do Estado nem o tombamento do prédio pelo Condephaat". Juracir Baena Garcia, coordenador da Comissão de Funcionários explica que "para nós, a melhor solução é a administração tripartite, com a participação dos funcionários a nível de fiscalização".

A principal vítima deste caso é a população. É de se estranhar porque se usa de tanta complacência com os donos deste hospital depois de comprovadas fraudes contra o Inamps e agora que ameaçam fechar suas portas. O Estado já deveria ter assumido a direção do Hospital Matarazzo há tempos para se evitar tantos males a seus usuários e funcionários.

## Chapa 1 vence eleição na Caemo de Osasco

No último dia 24 realizaram-se as eleições para a nova diretoria da Associação dos Trabalhadores da Caemo (Companhia de Água e Esgoto do Município de Osasco). Concorreram três chapas e a um venceu com 46% dos votos.

Chapa 1, que obteve 201 votos é formada por jovens lideranças da empresa e marca um amplo leque de propostas. Já a Chapa 2, que venceu com 99 votos, é formada por ativista do PDS por setores atrasados do MDB. E a 3, que ficou com 89 votos, era do PT.

O pleito demonstrou o respaldo dos ativistas da articulação unitária no meio dos trabalhadores traçais. Nas obras ela obteve mais votos do que as outras duas chapas jun-

tas. Ela só perdeu no setor administrativo - por uma diferença de nove votos para a chapa 2. Segundo Cesar Augusto Caetano, eleito secretário-geral, "agora vamos cumprir o nosso plano de trabalho". No programa, previamente discutido com os funcionários da Caemo, a nova direção da entidade exige o fim dos turnos de trabalho; reajuste trimestral; abono de férias; equiparação salarial; e um plano de carreira.

Para Cesar, "temos que reerguer a entidade, que estava desacreditada entre os trabalhadores. Até a sede eles tinham perdido e agora vamos reconstruí-la". Segundo ele, a entidade já decidiu participar do congresso de fundação da CGT.

# Rebelião de garimpeiros agita Altamira. Exército nas ruas

Um violento protesto dos garimpeiros sacudiu a cidade de Altamira, no Pará, na última terça-feira, dia 3. Cerca de 1500 trabalhadores saquearam um supermercado da Cobal, cortaram o abastecimento de energia elétrica e bloquearam a estrada de acesso à Transamazônica. Os garimpeiros estão acampados no parque de exposições agropecuária, depois de serem expulsos do rio Itatá pela empresa Oca Mineração, que mantém o monopólio da exploração do ouro na região.

O estopim da rebelião foi a ordem do delegado de polícia de Altamira proibindo que barcos descessem o rio em direção aos garimpos do Galo, Ressaca e Japão. Os garimpeiros que estão há vários dias acampados na cidade à espera de uma autorização para voltarem a trabalhar se revoltaram com essa decisão.

Saíram em passeata de manhã percorrendo várias ruas. Temendo saques os bancos da cidade não abriram. Os manifestantes passaram pelo Fórum, pensando que a ordem tivesse partido dali e em seguida se dirigiram ao supermercado da Cobal, que foi saqueado. Os garimpeiros levaram gêneros alimentícios, mostrando que muitos estão passando fome. Também desligaram o sistema de abastecimento de energia elétrica durante quatro horas. Tropas do Exército foram para as ruas enquanto era enviado de avião de Belém uma tropa de choque com 50 homens.

### DIREITO DOS GARIMPEIROS

O conflito entre garimpeiros e a Oca Mineração, também conhecida por "Gata Fulera", se iniciou quando no governo Geisel foi dado a esta empresa o monopólio da mineração do ouro na região. Em 1983 a Oca Mineração, com ajuda da polícia, expulsou os garimpeiros da serra. Levados pela necessidade de sobrevivência muitos voltaram e a Oca concordou que fossem para o baixão - uma área de mineração que naquele momento não lhe interessava. Aproximadamente uma terça parte dos funcionários da



A empresa Oca Mineração quer impedir que os garimpeiros trabalhem na região do rio Itatá. Este ano o conflito se ampliou.

empresa mineradora são "guardas", para não dizer pistoleiros. No dia 8 de fevereiro estes "guardas" da Oca, portando metralhadoras foram ao baixão e intimaram os garimpeiros para irem a uma reunião na sede da empresa. No local estavam cerca de mil garimpeiros quando avisaram que não haveria mais reunião e que iriam chamar a polícia para dispersá-los. Os garimpeiros se revoltaram, quebraram o aparelho de rádio-transmissor e tocaram fogo nas instalações e máquinas.

Feito isso, os trabalhadores, sem nenhuma liderança, debandaram, pois sabiam que a Oca traria a polícia. Muitos correram para o mato nessa mesma noite, tentando chegar na beira do rio e apanhar algum barco para Altamira.

Na manhã do dia 9, um bando de pistoleiros atacou o acampamento dos garimpeiros, dando rajadas de metralhadoras por cima dos barracos. Uns fugiram e muitos dos que ficaram foram espancados. Os pistoleiros da Oca roubaram todo o ouro que encontraram e até mesmo os relógios de pulso e correntes de pes-



coço. Metralharam os tambores de combustível dos garimpeiros e depois botaram fogo. Queimaram três armazéns e uma farmácia.

### TERROR NAS SELVAS

O clima na área era de terror e piorou com a chegada da Polícia Federal. Entre os dias 9 e 11 de fevereiro houve uma emboscada, que segundo a Oca foi praticada por garimpeiros, saindo feridas oito pessoas. No dia 12, elementos da Polícia Federal prenderam o garimpeiro Martins e o espancaram brutalmente. Ficou dois dias nas mãos destes torturadores e depois o soltaram, dizendo para não contar a ninguém o ocorrido.

A população tem dado apoio aos garimpeiros. A Associação

dos Moradores do Bairro Brasília, por unanimidade, aprovou uma moção de solidariedade aos trabalhadores do garimpo. Também indicaram que a Oca é quem deve sair da Serra e pedem a instalação de uma cooperativa de garimpeiros.

Os equipamentos dos garimpeiros que escaparam da depredação dos "guardas" da Oca no dia 9, foram destruídos mais tarde com a cobertura da Polícia Federal. Com seus equipamentos perdidos e expulsos da área de garimpo, os garimpeiros tiveram como única alternativa levantar acampamento em Altamira, à espera de uma decisão judicial ou governamental. Quase todos têm família - em média cinco pessoas - e estão sem casa, sem comida e sem trabalho. (do correspondente em Altamira)

## Latifúndio se agita com reforma agrária

Os Planos Regionais de Reforma Agrária (PRRA) já estão sendo examinados pelo presidente José Sarney e possivelmente, ainda este mês, sejam aprovados todos de uma vez. A meta de assentamentos é tímida - 140 mil famílias este ano - mas gera protesto dos latifundiários e seus asseclas. Em Pernambuco o governador Roberto Magalhães faz coro com os proprietários rurais e diz que não aprova o PRRA proposto pelo INCRA.

A inclusão do PRRA de propriedades produtivas localizadas nas regiões da Mata Úmida, Mata Seca e Sertão do Pajeú, desagradou os proprietários rurais de Pernambuco. Eles não concordaram com o plano de divisão das terras proposto pela Delegacia do Incra (organismo estatal responsável pela aplicação da reforma agrária), acusado-o de ter sido feito às caladas da noite e sem a audição de suas representações.

Os latifundiários levantam nuvem de fumaça, alegando estar distribuindo "terras produtivas" para tentar esconder a criminosa concentração fundiária, principalmente na zona da cana. Esta gritaria é histórica, pois o plano proposto pelo Incra não coloca

da Nova República.

### "SITUAÇÃO INCÔMODA"

Em Pernambuco existem 45 áreas de conflitos de terra. Byron considera o Nordeste, em termos de querelas fundiárias, em situação muito mais incômoda do que o extremo-norte. "No Pará - diz ele - crimes por questões de terras são freqüentemente anunciados na imprensa. Mas no Nordeste o camponês morre de fome, por falta absoluta de glebas - ainda ínfimas - para o plantio de lavoura de subsistência. Isso tem produzido gerações de nêgricos, de atrofiados mentais, coisa muito pior que a luta armada pela posse da terra, como acontece no extremo-norte".

De acordo com o PRRA, a seleção dos imóveis, para redistribuição aos trabalhadores sem terras, será efetuada, em princípio, sob responsabilidade das comissões agrárias, previstas no Estatuto da Terra. Essas comissões que incluem representantes de

trabalhadores, proprietários e órgãos públicos, observarão alguns critérios, como: não-inclusão de imóveis verdadeiramente caracterizados como empresas rurais; prioridade na seleção de cada município, aos imóveis classificados como latifúndios e que melhor atendam a requisitos como: maiores dimensões, menores graus de utilização da terra aproveitável e de eficiência na exploração, contigüidade com outros latifúndios etc.

### COMISSÕES AGRÁRIAS

A seleção dos beneficiários das reformas, ou seja, os trabalhadores rurais que receberão lotes de terra, também será atribuição das Comissões Agrárias. Existem, inclusive, critérios legais de seleção, que deverá dar prioridade aos trabalhadores rurais já residentes na região ou município para outro. A estimativa de custos do PRRA para 1986 chega aos 337 milhões de cruzados. Destes, 62% refere-se aos custos da terra e benfeitorias e o restante aos serviços de apoio.

### MONOPÓLIO DA CANA

O Incra informa que a inclusão da Zona da Mata de Pernambuco no PRRA se deve ao "alto grau de concentração da propriedade da terra". A cana de açúcar tem predominância absoluta na produção agrícola desta região. Em segundo lugar vem a mandioca, algumas frutas, o feijão e o milho. A partir de 1970 se intensificou a expansão da cultura da cana, resultando na substituição das lavouras de subsistência. De uma maneira geral, os pequenos produtores, que geralmente se dedicam à produção de alimentos, estão se extinguindo, em decorrência da expansão da atividade canavieira.

Portanto, a aplicação da reforma agrária visa também aumentar a produção de alimentos numa área de substituição econômica (Jaír Pereira, da sucursal)

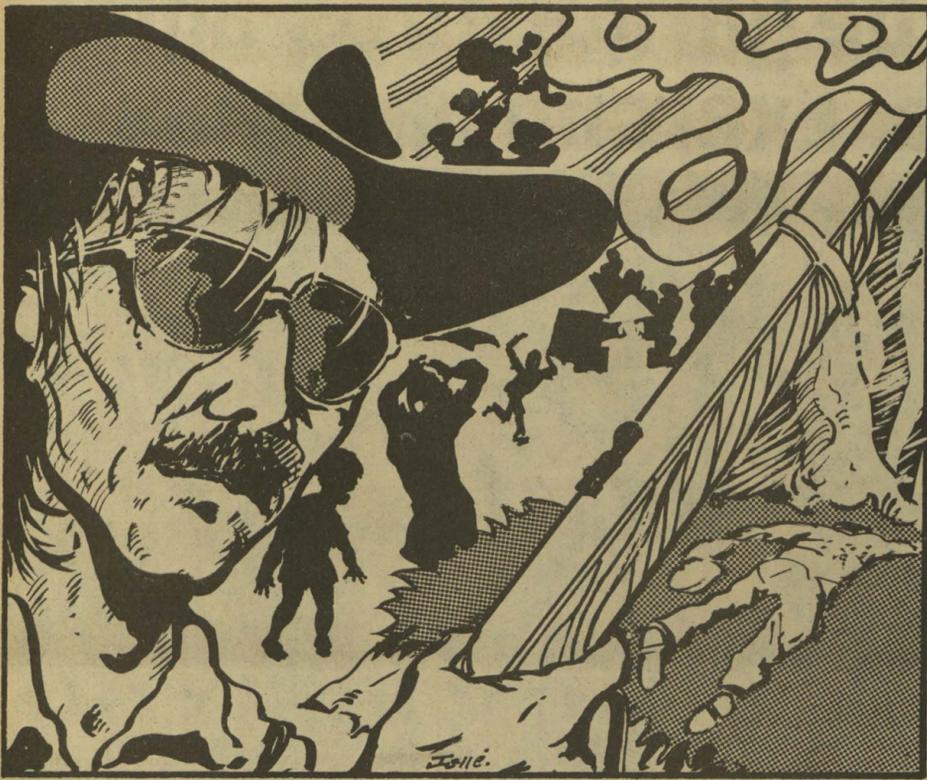


Foto: João Bittar

Milhares de trabalhadores estão à espera de um pedaço de terra para plantar



CDM  
Centro de Documentação e Informação  
Fundação Maurício Grabois



## Morte morrida, a maior praga em Xinguara

Trabalhei de outubro de 1985 a fevereiro último como médico da Secretaria de Saúde do Pará em Xinguara, no sul do Estado. Pude constatar que na região quem manda são os grandes comerciantes e fazendeiros, com uso da polícia, dos jagunços e assassinos de aluguel. O povo tenta sobreviver a duras penas.

Quero agradecer a este jornal o fato de poder relatar o que vi, pois é duro ficar calado sendo testemunha de tanta injustiça.

Como zona de fronteira agrícola, Xinguara é o refúgio de posseiros de diversos Estados, expulsos pelo latifúndio, que vêm em busca de terra. Diante dos conflitos com os latifundiários, os lavradores acabaram morando longe, sem assistência de nenhuma espécie, nem jurídica, nem médica.

Pude testemunhar a fome, a doença, a desnutrição da população. A malária, a leishmaniose e a lepra atingiram milhares de pessoas assim como doenças infantis, entre as quais a diarreia.

Nas fazendas a falta de vacinação e de consultas médicas revelam o grau de abandono do povo. Muita gente andava mais

de 100 kms para vir se consultar em Xinguara.

A questão fundiária é muito séria. Xinguara foi formada através de enorme luta pela conquista da terra. Centenas de famílias conseguiram conquistar terra nas fazendas às custas da luta armada, como em Tupã, Vitória da União, Canadá, Brasília etc.

As táticas dos fazendeiros são muitas para expulsar os posseiros. As ameaças de morte são uma constante. Depois tem a invasão das terras e a contratação de assassinos profissionais.

Em Tupã, num desses conflitos que nem sequer chegaram ao conhecimento da imprensa, e durou 5 anos (de 1980 a 1985), dezenas de famílias de posseiros foram dizimadas e suas casas queimadas. Mas muitos pistoleiros também foram liquidados. Os fazendeiros procuraram abafar a história por causa da dificuldade de contratar novos pistoleiros com a notícia das baixas.

Outra forma dos fazendeiros resolverem os conflitos é aliciar posseiros. E além dessa eles contratam um avião para lançar sementes de capim nas

roças. Depois é só mandar o gado...

Existe uma verdadeira escravidão de assalariados. O contrato é sempre verbal. E quando o peão vai cobrar ou apanha ou é assassinado de tocaia. Segundo estatística do Hospital do Estado na região ocorriam em média de 2 a 3 assassinatos do gênero por semana. Nos cemitérios de Xinguara e Rio Maria 80% das mortes são por homicídio.

A impunidade grassa. E a falta de justiça é tão grande que quando a vítima tem família esta não tem dinheiro para se deslocar até Conceição do Araguaia, onde tem uma comarca com Defensoria Pública.

Os posseiros reagem sempre. Na última segunda-feira posseiros conseguiram em Brasília embargar obra dos fazendeiros para garantir suas posses na fazenda Marajoara. Os fazendeiros procuraram ajuda da PM. Não conseguindo, contrataram policiais que já haviam preso três posseiros arbitrariamente.

A reforma agrária é sem dúvida uma prioridade. E Xinguara é uma região prioritária para ela. (E.G.I. - Xinguara, Pará)

## Moradores de Jardim Europa elegem 'União e Luta' em Goiás

Numa solenidade que contou com a presença maciça de moradores e entidades populares, foi empossada no último dia 7, a nova diretoria da Associação de Moradores Jardim Europa, que tem como presidente. Jair Ventura, posseiro urbano com grande tradição de luta em prol dos interesses populares.

A chapa de Jair Ventura, Unidade e Luta, concorreu com a chapa União, articulada pela Igreja e pelo PT. De um total de

465 votos, a diferença pró-Unidade e Luta foi de 135 votos. Jair atribuiu esta diferença ao trabalho que os integrantes de sua chapa realizaram em favor dos posseiros do Jardim Europa.

"Embora a chapa adversária contasse com uma soma de recursos muito maior que a nossa, nós subimos conduzindo a nossa campanha em alto nível, divulgando as nossas propostas e mostrando o nosso tra-

balho que sempre foi sério e honesto", argumentou Jair.

A chapa Unidade e Luta ao ser empossada reafirmou sua luta pela legalização e urbanização das posses; por creches e escolas para a comunidade; por água e esgoto. Complementou, no entanto, que a luta por estas questões específicas está ligada com a política mais geral e que por isso é necessário lutar em favor das conquistas democráticas do país. (Francisco Messias, Goiânia - Goiás)

## Posseiros de Nova Olinda, resistem com força à grilagem

Nós somos posseiros do município de Nova Olinda de Goiás, no extremo norte desse Estado. A nossa luta remonta a 1979, quando o cunhado do ex-governador Ari Valadão começou a grilagem de 6.776 hectares de terra à margem da 153, a 2 Km de Nova Olinda de Goiás. O cunhado do ex-governador cedeu ao grileiro Floriano Peixoto tratores, funcionários, policiais e dinheiro, tudo pertencente ao Estado, para fazer a grilagem.

Neste mesmo ano, começaram os espancamentos, os despejos sem ordem judicial e todo tipo de cachorrada. A minha família e mais 26 outras, em que pese todas as violências continuaram a resistir, até hoje na área, mas as nossas forças começam a fugir. Isto porque até o GETAT, um órgão que deveria regularizar nossas ter-

ras, está do lado do grileiro. O motivo nós sabemos: o grileiro está "molhando" a mão de vários representantes do órgão. Até quando, temos que suportar estas e outras corrupções que assolam nosso país?

Eu já estive em Brasília junto com o delegado da Fetaeg no norte goiano, Joaquim Juvêncio, para falar com o ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro. Na ocasião, foi dito que o nosso caso tinha prioridade e teria que ser resolvido o mais rápido possível. Quando o executor do GETAT chegou em Araguaiana, disse que só faria a desapropriação se tivesse um documento assinado pelo ministro. Quer dizer, novamente lavou as mãos. A verdade é que funcionários como o Quixabeira Lacir, Humberto, Romeu e Gilvan,

deveriam sair de um órgão que tem uma função tão importante. Eles servem aos grileiros pois têm medo de resolver o nosso caso. Até o próprio grileiro já andou comentando que corrompe com dinheiro estes funcionários.

No GETAT tem funcionários bem intencionados, mas eles são minoria e nada podem fazer em nosso favor pois são ameaçados com o desemprego. Diante desta situação nós pedimos às autoridades que tomem providências imediatas no sentido de resolver a nossa questão. Continuaremos lutando até o fim de nossas forças, para conquistar os nossos legítimos direitos, quais sejam, o de plantar um pedaço de chão para alimentar as nossas famílias. (Grupo de posseiros de Nova Olinda de Goiás)

Diversas cartas publicadas neste número sobre a situação dos lavradores no Brasil, particularmente a do médico de Xinguara, mostram com força a presença da reforma agrária. Não é possível que posseiros continuem no abandono, morrendo de fome, doença e tocaia, como relata a carta de Xinguara. Enquanto o problema fundiário não for resolvido os trabalhadores rurais continuarão a ser perseguidos.

Segundo a carta, em Xinguara 80% das mortes são provocadas, ou melhor são resultados de assassinatos. Em diversos graus esta situação se repete por todo o interior deste imenso Brasil. Chega de mortes! Reforma agrária já! (Olívia Rangel)



fala o POVO

## Inamps rouba e saqueia em Caxias do Sul, RS

Hoje a população de Caxias do Sul vive um grande dilema na área da saúde. Isso começou a partir da implantação do tão famoso "Plano Paraná", em 1984, que provocou uma drástica reação dos hospitais da cidade. Agora o que está sendo constatada é a existência de um grande número de cobranças irregulares de taxas por parte do Inamps e IPE.

Para melhor exemplificar, em 1985 uma pessoa que procurasse um atendimento no Pronto Socorro de qualquer hospital pagaria de Cr\$ 30 a Cr\$ 50 mil de consulta médica, sem falar na caução exigida para um paciente assegurado do Inamps baixar num hospital. Temos conhecimento de pessoas que foram obrigadas a ceder sua casa ou receber, no final do mês, o seu contracheque totalmente descontado.

Todos estes fatos levaram a população a dar um basta e resolver ir à luta. Em 30 de agosto de 1985 a União de Mulheres Caxienses encabeçou uma grande Caminhada pela

Saúde que contou com a participação maciça da população cansada de ser explorada.

Porém, a frustrante resposta do então Ministro da Previdência, Waldir Pires, de qualificar como "improcedentes as denúncias apresentadas" acabou por acirrar ainda mais estas contradições fazendo o movimento tomar um pulso maior. Engajaram-se nesta luta diversas entidades sindicais e populares como Sindicatos Reunidos, Sindicatos dos Metalúrgicos, União das Associações dos Bairros, União de Mulheres Caxienses, Pró-Núcleo da UJS e mais o apoio efetivo do prefeito Vitorio Trez, do deputado federal Júlio Constamilan, do deputado estadual Germano Rigotto e da Câmara de Vereadores através da presidenta Raquel Grazziotin. E resolveu-se organizar uma "Campanha Municipal de Denúncias" contra a cobrança irregular de taxas, que se deu de 5 a 20 de fevereiro com postos espalhados na União das Associações de Bairros, Sindi-

cato dos Metalúrgicos e na principal praça da cidade, que reuniu mais de 300 denúncias, como declarou o vice-presidente da UAB, Pauli Dallazen, que enfatizou a necessidade de continuação desta luta em busca de reais resultados para a população.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Enio Marques, reafirmou que este movimento foi histórico na vida de Caxias do Sul e que está servindo para que a população comece a se organizar em torno de seus interesses.

Aproveitando a vinda à cidade do presidente José Sarney para a abertura da Festa Nacional da Uva as entidades foram recepcionadas no aeroporto e aproveitaram para entregar-lhe um documento elaborado com mais de 400 páginas com os comprovantes das cobranças efetuadas ilegalmente. O presidente se comprometeu a resolver o mais rapidamente possível o problema. (M.B. - Caxias do Sul, Rio Grande do Sul)



## Profissionais de saúde contra pelega

O Sindicato dos Profissionais de Saúde com sede em Ijuí possui 256 associados e sua base é de mais de 1.500 profissionais. Desde 1979 o Sindicato é presidido pela Sra. Mirian Bianchi, que durante toda sua gestão preocupou-se apenas em satisfazer as exigências dos patrões.

Em 1985, um grupo de associados, descontentes com a atuação entreguista da então presidenta Miriam, começou a unir os associados para a luta contra a exploração do patrão. Esse mesmo grupo formou uma chapa de oposição a Miriam, chapa que se chamou "Novos Rumos". Para formar a chapa, em plena era democrática, foi necessário, reunir-se às escondidas, fora do ambiente de trabalho, por que a repressão era grande para aqueles que ousassem fazer oposição à direção do Sindicato, e o patrão não via com bons olhos a formação de uma chapa combativa, que defendesse o interesse comum dos associados.

A chapa "Novos Rumos" foi a

primeira chapa de oposição que conseguiu concorrer com a direção do Sindicato dos Profissionais de Saúde de Ijuí, e por isso mesmo teve sua campanha dificultada e seus elementos perseguidos. Contudo a chapa concorreu e perdeu por um número insignificante de votos (28 votos), ficando sem esclarecimento a questão dos votantes do vizinho município de Augusto Pestana onde dois meses antes da eleição havia cinco sócios com condições legais de votar, e no dia da eleição votaram 21 elementos os quais foram proibidos de "abrir o bico", caso fizessem estariam sujeitos a perderem o emprego.

No início de outubro juntamente com novos elementos que entraram na direção do sindicato, e com o apoio de todos os associados iniciaram-se novas negociações com o presidente do HCl. As reivindicações dos funcionários fecharam em torno de aumento salarial, redução de carga horária e melhores condições de trabalho, visando melhorar o atendimento

ao paciente.

Observou-se durante a luta (a primeira na história da Instituição), que somente os funcionários componentes da chapa "Novos Rumos" sofreram novas perseguições justamente por serem os mais combatidos nos encaminhamentos das questões. A demissão da funcionária Maria Ester John sem justa causa, em pleno fervor da negociação é um exemplo concreto da repressão da direção do HCl e da covardia do Sindicato em defendê-la.

Já estamos em fevereiro e as negociações do dissídio coletivo deveriam estar em pleno fervor. No entanto como nos velhos tempos nada se fez, e em março encerra o prazo legal de negociação. É importante que todos os associados fiquem de olhos bem abertos por que do contrário a diretoria que tem a obrigação de defender o interesse dos associados, novamente deixará tudo como está. (Associados do Sindicato dos Profissionais de Saúde de Ijuí - RS)

## Prefeito do PDS arrasa cidade baiana

Brotas de Macaúbas, a 600 km de Salvador, não é apenas um bom lugar para se descansar. A cidade está sofrendo de total abandono e descaço da administração do sr. Edson, prefeito eleito pelo PDS.

A educação escolar é um caso sério. Estamos precisando de professores capacitados, já que a maioria dos formados está indo para as metrópoles e outros preferem não lecionar devido aos baixos salários.

Centenas de alunos enfrentam grandes problemas para formar seus filhos, pois até as provas nas escolas de 1º grau são pagas. A criança que não tiver dinheiro perde o ano.

Além disso temos o problema da merenda escolar, que deve ser fornecida pelo governo. Mas se as crianças querem comer alguma coisa no recreio devem trazer de casa para completar o que é fornecido pelas escolas. Sabe-se que 80% da merenda escolar são distribuídos entre algumas pessoas que trabalham nas repartições públicas.

Temos também falta de hospitais. A saúde dos moradores da cidade e região é controlada graças a alguns médicos que montaram uma clínica particular que tem o nome de posto médico. O médico da UAB, Ascolim, não é gratuito mas as cirurgias e partos são cobrados a preços muito altos.

E a população tem que procurar o Inamps em outras cidades.

A cidade recebeu ambulância e tratores. Mas a ambulância nunca transportou doentes. Sempre esteve à disposição dos fazendeiros para transportar material de construção. O trator é de uso exclusivo da fazenda da região de Paramirim. Adivinhe de quem é a fazenda?

Brotas tem lindas áreas de lazer completamente abandonadas pela prefeitura. Até as estradas que davam acesso a estes lugares foram destruídas antes das chuvas. A população tem esperança de que estes problemas sejam resolvidos. (Assinante da TO, Brotas de Macaúbas, Bahia)

# Universitários discutem a arte

Com representantes de 117 entidades de quase todos os Estados da federação, realizou-se entre 28 de fevereiro e 2 de março o I Seminário Nacional de Cultura da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Niterói (RJ). Foi um amplo e diversificado debate sobre a atuação artística na universidade e fora dela, e sobre o comprometimento da arte com a vida.

Luiz Werneck Viana, Jorge Cunha Lima, Aquiles Rique Reis (do grupo MPB-4, que teve sua origem no Centro Popular de Cultura da UNE) foram alguns dos palestristas que abordaram assuntos como Cultura Nacional e Popular, Projeto Nacional de Cultura e o Movimento Universitário e Cultura, durante o Seminário. Cerca de 150 universitários e artistas que atuam junto ao movimento estudantil assistiram aos debates e participaram dos núcleos de discussão sobre Folclore, Literatura, Cinema, Música e Movimento Estudantil. Só não compareceram representantes de Rondônia e do Acre.

Todos os participantes do seminário - palestristas, estudantes e artistas - foram unânimes em condenar a proibição do filme "Je vous salue Marie", do cineasta Godard, por se constituir num atentado à liberdade. "O Estado precisa ter compostura. Se não houver liberdade de expressão, não há respeito à cultura. A proibição do filme de Godard foi uma palhaçada", afirmou o secretário de Cultura de São Paulo, Jorge Cunha Lima. Outro personagem da Nova República, o diretor da Funarte Mário Dias (representou o Ministério da Cultura, no Seminário) considerou "extremamente ridículo" o veto ao filme. Foi aprovada uma moção de repúdio à censura.

### CPC EM DEBATE

A discussão sobre as contribuições do Centro Popular de Cultura da UNE ao desenvolvimento artístico nacional, e também sobre suas deficiências, foi

um dos assuntos centrais do encontro. Luiz Werneck Viana, que atuou no CPC no início dos anos 60, afirmou que os universitários-artistas procuravam "através do impacto de suas produções, acender uma luz na conscientização popular. Havia uma concepção insurrecional, que fez com que perdêssemos a especificidade da cultura. Mas o CPC defendia a cultura popular."

Oswaldo Barroso, poeta, dramaturgo e jornalista cearense, considerou o CPC "uma marca na história cultural brasileira. Não é por acaso. Houve uma tentativa de resgate do contato do intelectual, do estudante, com o povo. Houve erros. Mas se os estudantes foram para o povo com intenções de ensiná-lo, com certo doutrinário, acabaram aprendendo com o próprio povo. Era uma experiência que ainda não tinha se completado, quando foi brutalmente interrompida pelo golpe militar em 1964."

Para o momento presente, os estudantes chegaram ao consenso no sentido de formar e incentivar os Núcleos de Cultura, que atuam em colaboração com as entidades universitárias, embora mantendo independência em relação a elas. Alguma experiência nesse sentido já está sendo realizada - em Brasília e no Ceará, particularmente. Segundo Renildo Calheiros, presidente da UNE, é fundamental a criação e o incentivo desses núcleos "para que num próximo seminário nós não fiquemos apenas na discussão do que foi o CPC mas resgatemos o melhor de sua experiência, e busquemos desenvolver uma atividade organizada nessa área agora. Precisa-



Aquiles, do MPB-4, fala da importância do engajamento político dos artistas durante a ditadura. Ao lado, animada presença dos estudantes

mos buscar, não só em discussão sobre o passado, mas também em torno da prática presente, novos caminhos para a atuação dos universitários nesse setor."

### CULTURA PROGRESSISTA

O secretário do governo paulista, Jorge Cunha Lima, fez uma abertagem da atuação cultural no país, salientando que "a cultura oficial é voltada para o exterior, para as elites. É repre-

sentativa das elites. Mas a cultura real do povo sempre foi democrática. Para incentivá-la é preciso um governo efetivamente democrático". Para ele, "tudo o que falamos aqui vale zero, se não houver democratização dos meios de comunicação de massa. O sistema de concessão de rádio e tevê não pode continuar como antes" (só ao Estado cabe autorizar ou não um cidadão ou entidade a ter emissoras de radiodifusão). "É preciso também um intercâmbio, um entrosamento entre regional, urbano e universal. Com a liberdade, com a participação nos meios de comunicação de massa, com a discussão do regional, urbano e universal, estamos num caminho útil para o debate sobre a cultura popular".

Já o diretor do Departamento Cultural da cidade do Rio de Janeiro Afonso Carlos, ligado ao governo de Brizola, embora tenha afirmado que "o traço da cultura brasileira é o traço autoritário", acabou, literalmente, afirmando que "não é o intelectual, não é o estudante que vai discutir o que é cultura nacional e o que é cultura popular", pretendendo alijar um importante setor da sociedade desse debate vital!

Também houve debate em torno da chamada "arte engajada". Aquiles, do MPB-4, lembrou a importância do engajamento político dos artistas "no Brasil à época da ditadura militar. Os estudantes, as donas de casa, os operários não podiam se manifestar. Nós, artistas, tínhamos a possibilidade de usar o palco para denunciar as torturas, as prisões. Fazíamos uma arte absolutamente engajada. Agora há uma possibilidade maior de manifestação do povo, através dos partidos que foram todos legalizados, da retomada dos sindicatos etc. Mas o músico fica político, na medida em que sua presença no palco é política".

Oswaldo Barroso lembrou, por sua vez, que "o conceito de 'arte engajada'



surgiu na sociologia francesa, e visa discriminar a arte comprometida com a vida. É um conceito equivocado. Não existe arte engajada ou não-engajada. Toda arte reflete uma visão do mundo. Essa visão pode ser reacionária ou alienada; que pode ser progressista, abertamente ligada aos anseios da população."

### DISCUSSÕES NOS GRUPOS

A organização deste primeiro seminário esteve mais centrada nas palestras e debates em plenário do que em troca de experiências entre os universitários que atuam no movimento cultural. No entanto houve a reunião dos vários grupos de discussão onde os estudantes levantaram suas preocupações em torno de vários pontos que envolvem suas atividades artísticas. Assim, o grupo de folclore questionou a indústria do turismo, que mercantiliza as manifestações populares descaracterizando-as. O grupo de teatro reclamou da falta de recursos - financeiros, de estrutura etc. - para o desenvolvimento artístico. O grupo de música apontou para o incentivo à formação de "rádios-piratas" (o grupo que debateu o movimento estudantil preferiu nomeá-las de "rádios-livres") como alternativa de divulgação e democratização dos meios de comunicação.

Como não poderia deixar de ocorrer, os universitários mostraram também sua produção artística. Música, teatro, mímica, poesia... Um pouco de tudo. A arte resiste, também nas universidades. (Carlos Pompe)

## As indicações do Seminário de Cultura da UNE

O Seminário Nacional de Cultura da UNE não teve caráter deliberativo. Mas ao final do encontro foi aprovado um documento com suas conclusões gerais, que será submetido ao próximo Congresso da UNE. Seu texto:

O Brasil vive momentos de definições. As vésperas da eleição da Constituinte, a nação sofre com a violência da crise econômica, com os baixos salários, com o desemprego. Nós, que lutamos pela democratização do país, queremos ver concretizadas as reivindicações do povo. A liberdade continua sob ameaça - como o demonstra a recente proibição do filme de Godard. O governo

não tem se mostrado sensível às aspirações de mudanças expressas nas memoráveis campanhas pelas diretas e do candidato único das oposições. As leis de exceção permanecem em vigor. O problema da terra continua a exigir uma reforma agrária antilatifundiária. A dívida externa vem sendo paga em dia, às custas do sofrimento do povo. O poderio econômico ameaça dominar a eleição

Constituinte, impondo a supremacia das forças retrógradas, monopolistas e entreguistas na Assembléia que irá elaborar a nova Carta Magna.

Nesta conjuntura realizou-se o I Seminário Nacional de Cultura da UNE, em Niterói. Nós, representantes de entidades, estudantes-artistas que participamos deste Seminário, debatendo a atuação dos universitários no desenvolvimento de uma atividade cultural popular, democrática e antiimperialista, propomos:

- fim da censura (repúdio à proibição do filme de Godard);
- fim das leis de exceção (LSN, lei de imprensa etc);
- liberdade de manifestação, organização e de expressão;
- fim do monopólio estatal na concessão de canais de rádio e tevê, democratização dos meios de comunicação;
- obrigatoriedade de 50% de programação regional nas rádios e tevês;
- defesa do ambiente natural contra a devastação econômica irracional;
- defesa das culturas e dos povos indígenas;
- fim de todas as formas de discriminação racial;
- incentivo ao intercâmbio cultural com todos os povos, em especial os da América Latina;
- participação da comunidade estudantil nas rádios e tevês universitárias;
- criação e incentivo de Núcleos de Cultura autônomos e que atuem em colaboração com as entidades estudantis;
- criação de espaços culturais dentro das universidades.



Durante o I Seminário estiveram presentes entidades de quase todos os Estados

LIVROS - REVISTAS - POSTERS  
 POSTAIS - DISCOS - CAMISETAS  
 EXPOSIÇÕES

**ARTE PAU BRASIL**

ESPALHO ALTERNATIVO

RUA VERGUEIRO, 923 - PARAÍSO - SP  
 (FRENTE AO CENTRO CULTURAL SP)  
 Fone: 279-0147 - CEP 01504  
 SEG. A SAB. 10 AS 23 HS.  
 DOM. 16 AS 23 HS.

## Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.  
 Telefone: 36-7531 (DDD 011)  
 Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira  
 Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel  
 ACR - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69000.  
 ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.  
 AMAZONAS - Manaus: Rua Simon Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.  
 BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. Ilheus: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45000. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. Salvador: Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (pré-dio da antiga Cimes) - CEP 43700.  
 DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302. CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500. ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo

Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000. GOIÁS - Goiânia: Rua 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Andaraí: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100. MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000. MA - O GROSSO - Calabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000. PARÁIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 56100. PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88, Fone: 253-7961 - CEP 80000. Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. PIAUÍ - Teresina: Rua Barroso, 144-R, 1º andar, sala 4 - CEP 64000. PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. CEP 59000. RIO GRANDE DO SUL - Porto

sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Rozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. IJUÍ: Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s/ 23, 2º andar. RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Evaristo da Veiga, 16, sala 504 - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000. SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 219, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. - Composição, Foto e Foliote, Linhas Fotolitos Ltda. Fone: 279-3646. Impressão Cia Jorjens. Fone: 815-4999 - São Paulo - S.P.

Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! O trabalho para o fortalecimento da imprensa operária.

**X** Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições)  Cr\$ 260 mil  
 Anual popular (52 edições)  Cr\$ 130 mil  
 Semestral (26 edições)  Cr\$ 130 mil  
 Semestral popular (26 edições)  Cr\$ 65 mil  
 Trimestral (13 edições)  Cr\$ 33 mil  
 Anual para o exterior (dólares)  US\$ 70

Nome: .....  
 Endereço: .....  
 Bairro: .....  
 Cidade: ..... CEP: .....  
 Estado: .....  
 Profissão: .....  
 Data: .....

Endereço a partir de seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318.

**CDM**  
 Centro de Documentação e Memória  
 Fundação Maurício Grabois

"Companheiros, o nosso auditório é pequeno, o que é um bom sinal dos tempos. Eu tenho a impressão que, do ponto de vista sociológico, o Brasil vive importante momento: o despertar da consciência das grandes massas da população. Nós já assistimos em 1984 e princípios de 85 esse fenômeno extraordinário, que foi a presença de milhões de brasileiros na praça pública, reclamando o fim do regime militar. E todos nós vimos nesse acontecimento o sinal dos novos tempos. Agora mesmo, com essa medida adotada pelo governo do presidente Sarney, a reforma monetária, o que nós podemos de início constatar é a participação de imensas massas em todo o debate desse grande, desse importante problema. O que é isso, meus amigos, se não o despertar da consciência nacional?"

Eu vejo que se começa em todo o Brasil um debate de grande envergadura. Por toda a parte o povo está ansioso de saber as coisas mínimas, do que é Constituinte, de quais são as questões que ela deve tratar, de como deve ser elaborada a Carta Magna. É um bom sintoma. Estou convencido de que, quando chegar o dia das eleições de 1986, o povo estará mais consciente dos problemas que devem ser enfrentados no Congresso, na Assembléia Constituinte. Serão escolhidos, em relação com isso, os elementos que, na verdade, sintonizam a vontade da nação.

O que é que nós pensamos acerca da nova Carta? Há dois fatores para que a Constituinte possa efetivamente dar ao Brasil uma Carta adequada à nossa situação: composição da Assembléia e regime democrático, liberdade no país. Se não existe liberdade no país quando se elabora a Carta Magna, essa Carta está condenada a ser demasiado limitada. A reação, fora, repercute dentro do plenário da Constituinte. A questão da liberdade é a questão essencial à existência do regime democrático.

### Os monopolistas querem estar na Constituinte

A segunda questão é a composição da Assembléia Nacional Constituinte. Nós sabemos que a classe dominante procura mobilizar todas as suas forças, todos os seus recursos para ocupar um espaço majoritário na Assembléia. Realiza caixinhas bilionárias para constituir fundos destinados à propaganda e à corrupção eleitoral em função dos seus candidatos. E nós observamos ainda um fato extraordinário: nas outras constituintes, a classe dominante, em geral, indicava os prepostos para defender as suas opiniões. Nesta também os prepostos estão mobilizados. Mas a gente observa que os próprios monopolistas, os próprios banqueiros querem também estar presentes na Constituinte.

Eu penso que é necessário fazer modificações profundas na nova Constituição. Se não houve uma mudança radical no país, nós tivemos a promessa de que a vitória sobre o regime militar traria como consequência a Nova República. Mas uma Nova República que não elimina as velhas estruturas e superestruturas estatais, não é realmente nova. A Nova República simplesmente é um dístico, um lema eleitoral usado durante a campanha contra o regime militar. Mas no Brasil, desse ponto de vista, as instituições não foram tocadas.

"Nós sabemos que o Brasil instituiu o presidencialismo com o regime republicano, com a Carta de 1891. E nós todos devemos nos perguntar se esse sistema, tal como ele foi implantado, corresponde à realidade de nossos dias. E nós devemos dizer que o presidencialismo no Brasil é um regime superado. O que ele nos trouxe na realidade foram as subversões da classe dominante, sempre lutando contra as forças populares. Todas as nossas constituições - inclusive as outorgadas por forças estranhas ao conjunto da sociedade - afirmam que "o poder emana do povo e em seu nome será exercido". Mas isso, na realidade, não passa de um sofisma. Nunca o poder, no nosso país, se originou do povo. Ele sempre se originou do conluio das oligarquias dominantes e de seus partidos políticos. Dos cambalachos, dos acordos da luta entre os Estados mais fortes, do café com leite de São Paulo e Minas Gerais.

### A independência dos Três Poderes é uma pilhéria

Também em todas as Cartas é afirmado que a República é constituída de três poderes independentes e harmônicos entre si, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Eu acho que isso soa a pilhéria. Os tais três poderes no sistema presidencialista nunca foram independentes entre si e muito menos harmônicos. Quem governa é o Executivo. Hoje inclusive aparece com o adendo de Executivo forte. Mas os Executivos

# "No Brasil o poder nunca emanou do povo"

O presidente do PC do B, João Amazonas, abriu no dia 2 de março o fórum de debates "O movimento popular e a Constituinte" (veja na página 4) com a palestra "Os comunistas e a Constituinte", da qual publicamos trechos:

"Nunca o poder no nosso país se originou no povo", afirmou João Amazonas, constituinte de 1946, durante palestra na Assembléia Legislativa de São Paulo. Para um plenário lotado de populares, o dirigente do PC do B abordou questões como a liberdade, os direitos dos operários, dos camponeses e das mulheres, e o presidencialismo na Constituinte a ser eleita em novembro próximo.



Foto: Wilson Mazza



fortes não passam de ditaduras disfarçadas.

Que papel joga o Legislativo no Brasil? Joga unicamente o papel de uma válvula democrática, na qual se denuncia, na qual se combate certas violências. Isso para os setores democráticos que se encontram dentro do Parlamento. Mas o Legislativo nunca ocupou responsabilidades a cota de participação no poder da República, nos destinos, na governança do país.

E o Judiciário, o que é se não um poder dependente do Executivo? Todos os juizes são nomeados pelo governo. É um Judiciário que não tem iniciativa, submetido às exigências do Executivo. O Judiciário no Brasil é uma instituição velha, arcaica, fechada, burocrática, que entrava a vida nacional. Ele funciona unicamente, como supremo arbítrio, como juiz supremo, a favor dos poderosos do nosso país. O Judiciário, quando se trata de demanda de terras, nunca tem uma sentença favorável aos camponeses. Sempre é favorável aos latifundiários. Apareceram a poucos meses novos indícios da participação direta dos militares ao criminoso atentado do Riocentro, e se formulou novamente o questionamento do problema. O caso foi levado ao Judiciário, e o Judiciário respondeu: essa questão está liquidada, definitivamente encerrada! O Judiciário mostrou bem a serviço de quem se encontra.

Qual é o sistema político que nós devemos instituir para governar o país?

Como essa questão se coloca na Constituinte? Tenho a impressão que o presidencialismo não pode ser. É um sistema inadaptado à realidade brasileira. É preciso modificar o sistema presidencialista na nossa terra. Substituir pelo quê? Creio que nós devemos examinar essa questão. Ela está em debate, mas ainda nos círculos elitistas. O povo ainda não participa desse problema. E nós, os comunistas, vamos levá-lo ao povo, para que tome consciência dele.

O parlamentarismo clássico não existe mais no mundo hoje. Eu penso que nós devemos encontrar uma forma em que o Executivo e o Legislativo se equilibrassem na administração do país. Que eles assumissem corresponsabilidade. O Executivo não pode atuar sem a aprovação e sem a participação do Legislativo, e o Legislativo não pode determinar as questões de exigências concretas da administração federal.

### As Forças Armadas são um superpoder no país

Há ainda a questão das Forças Armadas. Eu acho que por cima dos tais Três Poderes existe em nosso país um superpoder, e este superpoder é representado pelas Forças Armadas, pelo militarismo que joga um papel contrário à própria formação da

Nação, à própria constituição da nação. Os militares têm que cumprir uma tarefa, como todo cidadão brasileiro: as tarefas que lhes são conferidas como defensores da soberania nacional no que respeita à defesa do território. Os militares não podem deter nenhuma influência no problema da administração do país, porque não compete a eles, seria um privilégio absurdo.

Também vejo que na nova Constituição nós devemos criar um capítulo especial sobre os problemas da soberania nacional. Incluir dispositivos que tratem dessa questão. Países como o nosso são países cercados pelas potências, pelos grandes monopólios internacionais. São países em que a classe dominante se associou ao capital estrangeiro, de modo que se cria uma realidade em dissonância com os sentimentos nacionais. A Constituição tem que determinar que as riquezas nacionais são efetivamente patrimônio nacional, que as riquezas não podem ser alienadas da maneira como qualquer um deseja. Nós verificamos que um país tão rico como o Brasil cede de mão beijada as suas riquezas ao capital estrangeiro. Nos defrontamos hoje com uma dívida externa de mais de 100 bilhões de dólares, que significa um ônus pesadíssimo para a nação, e a gente se pergunta: quem autorizou? Eu tenho que pagar, eu que não contraí empréstimo nenhum... A Carta Magna deve estabelecer que empréstimos, somente quando o Legislativo aprovar, quando a consciência nacional

concordar com eles. Porque cada um desses empréstimos corresponde a comissões de contrato, e esse dinheiro todo vai para os bancos estrangeiros, no nome daqueles que deveriam defender a economia nacional e que na verdade mercadejaram com ela.

Penso ainda que nós devemos examinar na Constituinte o problema da propriedade. A Constituição atual diz que o objetivo da propriedade é social. É outra pilhéria que existe nas constituições. Eu pergunto: qual é o papel social no latifúndio? Um punhado de pessoas não pode ter todo o conjunto das áreas de trabalho no país, se milhões e milhões de brasileiros que vivem no campo não têm acesso a um palmo de terra. Eu creio que nós devemos ser muito concretos nessa questão, e uma das maneiras é colocarmos um dispositivo constitucional determinando que o país vai extinguir o sistema latifundiário. Isso precisa ficar explícito na Lei Magna.

### O brasileiro nunca viveu num clima de liberdade

Temos ainda que examinar em termos muito concretos esse capítulo das liberdades democráticas. Eu devo dizer que, em quase 100 anos de presidencialismo, a liberdade no Brasil sempre foi uma declaração sem conteúdo. O povo brasileiro nunca viveu num clima de liberdade. O que tem de liberdade no Brasil vem sendo conquistado através dessas lutas vigorosas de nossa gente. Hoje se diz nas constituições que é livre o direito de associação e, logo em seguida, vírgula, segundo o que a lei determinar. E quando a lei vai determinar, nós sabemos como é: é livre até aqui, daqui pra diante não é mais livre. Está escrito que há liberdade sindical. Mas do ponto de vista constitucional há liberdade sindical desde que os sindicatos estejam pendurados num cabide do Ministério do Trabalho. São os trabalhadores que devem decidir a maneira como pretendem se organizar.

Do problema camponês nem se fala, porque temos uma lista interminável de heróis e mártires na luta pela terra no Brasil, que tentaram criar simples ligas camponesas. Nunca houve sequer o direito do camponês se organizar para defender seus direitos. Ainda hoje se diz que acabou a censura, todo mundo saúda que a censura tenha terminado; e quando a gente menos espera, a censura está aí, funcionando de novo.

Nós temos na Constituinte problemas que se relacionam com a área social. Está dito que a jornada no Brasil é de oito horas de trabalho. Isso é muito relativo. O que se ganha em oito horas não atende as necessidades mínimas do trabalhador, e ele é obrigado a procurar estender seu tempo de trabalho para conseguir algo para sustentar sua família. Nós temos que examinar do ponto de vista constitucional e estabelecer em termos atuais do Brasil a semana de 40 horas, que não é ainda a justa proporção na questão de malvalia. Há muitos países que consideram 35, 37 horas, o que em geral no mundo vai se espalhando.

### Um capítulo sobre a mulher na nova Carta Magna

Devemos também encarar o problema da participação dos trabalhadores nos órgãos que dependem da sua contribuição, como a Previdência Social, como o FGTS e outros dessa natureza. Devemos tratar essa questão em termos de participação na direção.

Há o problema da estabilidade de emprego. A questão da estabilidade é um direito do operário, porque é a garantia dos meios da sua própria existência. Sem trabalho o operário não vive.

Nós devíamos considerar na nova Carta Magna que é preciso abrir um capítulo sobre a mulher. As mulheres conquistaram no Brasil um novo status - e esse status precisa constar da nova Constituição. É preciso que a igualdade de condições do homem e da mulher não se faça apenas nominalmente, mas que a igualdade de direitos se faça realmente.

Nós devemos fazer na Constituinte aquilo que não foi feito pelo movimento revolucionário e que mantém até hoje nessa água morna que está aí. A Constituinte pode enfrentar esses problemas, mas pode se daqui até as eleições de 15 de novembro o povo brasileiro se mobilizar e se unir. Se se cria uma ampla união do povo, então, meus amigos, a questão não vai ficar circunscrita aos quinhentos e tantos constituintes que estarão reunidos na grande assembléia a partir de 1º de março. É isso que vai poder assegurar o direito de modificar efetivamente, em profundidade, as questões que estão aí. As classes dominantes não têm nenhuma vontade de alterar as instituições velhas que estão aí e que servem a elas e unicamente a elas.